



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANTÔNIA EUDIVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA

**ENTRE GÊNEROS E AÇÃO POLÍTICA: NARRATIVAS DE MULHERES
PARLAMENTARES DO CARIRI CEARENSE**

**JOÃO PESSOA-PARAÍBA
2013**

ANTÔNIA EUDIVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA

ENTRE GÊNEROS E AÇÃO POLÍTICA: NARRATIVAS DE MULHERES
PARLAMENTARES DO CARIRI CEARENSE

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa
de Pós-graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB).

Orientador: Professor (Dr.º) Charliton José dos
Santos Machado.

JOÃO PESSOA-PARAÍBA
2013

Silva, Antônia Eudivânia de Oliveira.

Entre gêneros e ação política: narrativas de mulheres parlamentares do cariri cearense. Antônia Eudivânia de Oliveira Silva -- João Pessoa, 2014. 65f.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba/UFPB

1. Sociologia. 2. Outras sociologias específicas. 3. Estudos de gênero.

ANTÔNIA EUDIVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA

ENTRE GÊNEROS E AÇÃO POLÍTICA: NARRATIVAS DE MULHERES
PARLAMENTARES DO CARIRI CEARENSE

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM: ____ / ____ / 2013

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado - UFPB

Orientador

Examinadora: Prof^a. Dr. Adriano Azevedo Gomes De León - UFPB
Membro Avaliador Interno

Examinadora: Prof^a. Dr^a. Idalina Maria Freitas Lima Santiago - UEPB
Membro Avaliadora Externa

Dedico este trabalho as mulheres, que ao longo dos tempos lutaram por suas vidas e por novas formas de ser mulher, e nesse ímpeto por querer ou sem querer, acabaram por transformar a vida de nossa sociedade inteira.

Não há fronteiras: homens e mulheres são iguais,
E não precisa de merecimento.
Só que o tempo todo tem exemplos de quando
A fronteira é rompida.

(A Gaiola de Carmo Campello)

AGRADECIMENTOS

Eu nasci em Araripe-CE, cidade em que até hoje moram meus pais e é sempre lugar de meu descanso e férias. Lá, tipicamente interior, quando as pessoas se sentem gratas à outra por algum motivo elas dão um jeito de demonstrar, e a forma mais comum é tornando-se compadres e comadres. Esses se tornam laços fortes, pois você dá um filho e/ou filha em batismo a outra pessoa. O que mais me chama atenção nesse agradecimento é que se mergulha o alvo da gratidão em uma série de responsabilidades que duram para sempre, já que esse último tem como obrigação cuidar e zelar pelo bem de seu afilhado.

Pensando nisso, me veio algumas pessoas a quem ficaria feliz em chamar de compadres e comadres. Queria muito ter um filho para que meu querido Antônio Lucas fosse o padrinho, ele não me decepcionaria, tão responsável, tão inteligente e tão Lucas, só quem o conhece sabe do que eu estou falando, Obrigada Meu bem, por se aventurar comigo e deixar ser sua amiga, isso foi muito importante para mim. Eu tinha um tripé aqui em João Pessoa, eram Lucas, Felipe Monteiro e Jobs, esses dois últimos são as pessoas mais lindas que eu conheci aqui, companheiras, carinhosas, são pessoas que estão do seu lado para tudo e qualquer coisa, conseguem alegrar seu dia até com os problemas deles, e como eles alegraram meus dias. Obrigada Jobs e Felipe, por acreditarem em mim e saibam que o que construímos não se perderá jamais.

Eu estive com essas pessoas na casa de D. Ieda, onde vivi esses dois últimos anos e a quem sou grata por me receber e fazer da sua casa minha casa, Obrigada por tudo D. Ieda. Nessa casa dividi o quarto com Hidayane, somos tão diferentes as vezes tão parecidas, porque nós estamos buscando a mesma coisa: Nós mesmas, e eu acho que por isso a gente se entendia tão bem. Obrigada Hiday por ser minha ouvinte nas madrugadas, e por não desistir de mim quando eu acordava sem paciência com o mundo, estou torcendo por você, sempre.

Quero muito agradecer – e aqui cai muito bem a ideia de dar responsabilidades a quem se é grato – aos professores do PPGS/UFPB. O que vocês fazem todos os dias não tem filho batizado que seja o suficiente. Obrigada a todos e a coordenação do PPGS também, sei que dei trabalho enquanto estive aqui. Meus colegas de turma lindos, eu tinha que ter entrado na turma de 2012 mesmo, em especial queria agradecer e dizer do orgulho que tenho de minha abençoada Manuela, que moça mais linda e corajosa e dedicada e que quero chamar de amiga pra sempre, não posso esquecer de Patrícia,

nossa guia de viagens, tivemos momentos de aprendizado sobre a vida que vou carregar comigo enquanto respirar, Obrigada meninas, amo vocês.

Mas tenho certeza, a pessoa a quem deleguei mais responsabilidades foi ao meu gentil orientador Prof. Dr. Charliton, não à toa, já que damos mais responsabilidades a quem somos mais gratos, e sou muito grata ao senhor Professor, por exigir mais de mim, por apoiar minhas decisões, por confiar em mim e por sua forma de orientar, compreensivo, sem amarras, me permitindo ser eu mesma. Vou ser grata enquanto poder por tudo o que foi para mim. Aqui expresso minha gratidão também ao Prof^ª. Dr. Adriano de León e a : Prof^ª. Dr^ª. Idalina Santiago, pelo tempo e pelas contribuições tão caras a mim nesse trabalho, não teria sido o mesmo sem vocês e me sinto lisonjeada em ter contado com vocês nessa fase da minha caminhada.

E se tem uma pessoa a quem vou ser sempre grata é a minha Querida Professora Iara, não agradeço a ela por ter sido importante para mim nesse momento, agradeço a ela por ter me ajudado a chegar aqui. Nunca vou ser grata o suficiente pelos seus conselhos, pela confiança que deposita em mim, sua orientação e sua amizade são coisa rara e que pretendo guardar e conservar por anos a fio, Obrigada Iara, e agradeço aqui com a certeza de que vou trazer-lhe ainda mais responsabilidades, amo você.

Por último quero agradecer a velhos companheiros, velhos amigos que mesmo distantes se fizeram presente nesses dois anos, Leilson Barros e Felipe Alves, como vocês são importantes, obrigada por me fazerem rir, por irem à minha casa, por dividir sua aventuras comigo e me fazerem uma pessoa mais feliz. Amo os dois e estou com vocês para o que der e vier.

Me considero a pessoa mais sortuda do mundo pelos pais que tenho, eles me amam tanto, que por mais que eu os ame não acho justo comparar. Eles tem aquele amor que compreende, que cuida, que sofre com a distancia e só ama mais. Obrigada meus anjos, vou ser grata a vocês só enquanto eu respirar.

Pois bem, sei que não posso ter um filho para cada um de vocês aqui batizar, pensei até em adoção, mais aí ia ser trabalhoso demais para vocês, pois acho que cada um teria que cuidar de seu próprio afilhado. Assim, deixo em palavras minha gratidão por terem participado desse momento tão impar de minha caminhada, vou levando um pouco de cada um comigo e já os considero comadres e compadres.

RESUMO

Apresento nesse texto reflexões quanto à participação política de mulheres no legislativo em três cidades da região do Cariri cearense. Tenciono aqui a ideia de um campo político rígido, marcado historicamente como espaço próprio da ação masculina, nesse contexto, a participação feminina se apresenta como requerente de um reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legítimas para estar no campo da política. O objetivo da investigação era perceber entraves a efetiva participação política de mulheres e como elas se percebiam naquele campo específico. O que acabamos por inferir foi que essas mulheres superam as barreiras da política como sendo mais um entre tantos que tem que enfrentar, constroem-se como dignas e capacitadas para representarem seu povo, e creditam isso a sua própria condição de gênero. Desse modo o que antes as afastavam da política formal é o que as legitima nesse campo: suas qualidades femininas. Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Participação Política; Legitimidade;

ABSTRACT

Reflections present in this text about the political participation of women in the legislature in three cities in Ceará region Cariri. I intend here the idea of a rigid political field marked historically as own space of male action, in this context, women's participation is presented as an applicant for recognition of a legitimate genre while possessing qualities to be in politics. The objective of the research was to understand barriers to effective political participation of women and how they perceive themselves in that specific field. What ended up was inferred that these women overcome the barriers of politics as being one among many who have to face, if constructed as worthy and qualified to represent his people, and credited it to their own gender status. Thereby before the departure from formal politics is what legitimizes this field: their feminine qualities. For that they make it possible to negotiate a woman, learning the rules of the field while creating new ways of being there.

Keywords: Gender, Women, Political Participation, Legitimacy.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO: MINHA SOCIOLOGIA DAS MULHERES	11
2. CAPÍTULO PRIMEIRO - OS CAMPOS DA POLÍTICA E DO GÊNERO FEMININO: REPENSANDO IDÉIAS	18
2.1 AS MULHERES FAZENDO POLÍTICA	21
2.2 AS MULHERES E AS LUTAS NO BRASIL	24
2.3 RELENDO OS ESTUDOS DE GÊNERO	29
3. CAPÍTULO SEGUNDO - COMPRENDER, ROMPER E VIGIAR: AS MULHERES E OS DESAFIOS METODOLÓGICOS	34
4. CAPÍTULO TERCEIRO - AS MULHERES ELEITAS EM 2008 NO CARIRI CEARENSE	40
4.1. INSERÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO: AS MULHERES E UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO	43
5. CAPÍTULO QUARTO – AS MULHERES NO CAMPO DA POLÍTICA: NOÇÕES DE GÊNERO E PODER	50
5.1. AS MULHERES NA POLÍTICA: ENFRENTAMENTO E LEGITIMAÇÃO	55
6. CONCLUSÕES	63
7. BIBLIOGRAFIA	65

APRESENTAÇÃO:

MINHA SOCIOLOGIA DAS MULHERES

Em seu livro *Minha História das mulheres* de 2012, Michele Perrot emprega esse título aos escritos, porque segundo ela “dessa história, eu, assim como muitas mulheres, fui testemunha e atriz” (2012. P. 13). A autora trata nesse texto de sua própria passagem do silêncio à palavra e da mudança de um olhar que a fez mergulhar em um novo mundo de conhecimento. Podemos pensar ainda a partir do título *Minha história das Mulheres* que essa não é uma história de alguns sujeitos femininos, mas, como diz a autora é uma história de todas as mulheres, na verdade, de todos, já que não se pode mais pensar o gênero feminino como isolado de suas relações com os homens, com a sexualidade, com a família, com as relações de poder, e/ou com as representações de masculino e feminino que cada grupo social engendra. Ao tratar da História das mulheres como “minha”, Perrot (2012), vai ainda mais além, pois, problematiza a si mesmo como investigador.

Digo então: não estamos todos nós, envoltos em um emaranhado de relações que de fato é o que nos faz ser homem e/ou mulher, nesse caso, independe-se, se é investigador, pesquisador ou não, não posso deixar de ser mulher para investigar questões concernentes ao gênero feminino, talvez, não conseguisse exercer o ofício de ser sociólogo se assim o fosse, já que estar aqui exige de mim, antes de tudo, saber o que é estar imerso a esse mundo. Desse modo, tento aqui de forma rápida, dizer como cheguei até esse momento e como me inseri nesse mundo dos estudos de gênero.

Quando do início da formação acadêmica tive a oportunidade de envolver-me em um projeto que investigava as transformações no mundo do trabalho fabril, na região do Cariri-CE, essa pesquisa tomou rumos específicos, devido a particularidades do campo, e a investigação aos poucos foi se debruçando sobre o trabalho fabril feminino. Aprofundei-me na temática, e estava agora imersa nos estudos de gênero. Não foi um processo rápido, foram aproximadamente dois anos de novas leituras e discussão sobre o tema, que perduram até hoje.

A investigação sobre o trabalho fabril feminino levou a reconhecer uma redefinição dos papéis familiares tradicionais, pois, as mulheres passavam a manter com seus salários o sustento da família, que nesses casos questionava a posição tradicional

do marido, culminando em um aumento da violência doméstica nessas famílias. Nesse período, aproximei-me, sobretudo das discussões concernentes à violência de gênero. E foi aqui onde nasceram as primeiras linhas da pesquisa que hora apresento. Esse campo me permitiu observar o processo de “institucionalização” da violência contra a mulher na região do Cariri, interior do estado do Ceará.

Nessa região, a luta de movimentos de mulheres em torno do projeto de uma Delegacia de Defesa das Mulheres, nos fez vislumbrar atores sociais e suas demandas diante do poder público, momento em que foi possível tencionar lógicas e interesses de sujeitos diferenciados envolvidos em uma questão específica que no caso era a violência contra a mulher.

A região do cariri apresenta particularidades com relação à problemática da violência de gênero. Entre os anos de 2001 e 2004 ocorreram uma série de crimes (assassinatos) envolvendo mulheres. Já se ouvia falar em movimentos de mulheres, já se fazia uma denúncia do controle masculino sobre os corpos femininos, mas, aqueles crimes inflamaram algumas mulheres caririenses que se organizaram, de forma mais contundente em prol de justiça.

O Conselho Municipal da Mulher e a casa Lilás, ambos da Cidade de Crato-Ce, foram os principais protagonistas desses anos de reivindicações, através de passeatas, palestras, encontros com autoridades. Militantes e familiares apresentavam fotografias das vítimas antes e depois dos crimes, evidenciando a crueldade com que essas mulheres foram assassinadas. Essas organizações sensibilizavam e “conscientizavam” a população da necessidade de políticas públicas para as mulheres na região. O resultado das mobilizações e denúncias culminou na instalação de duas Delegacias de Defesa da Mulher. Uma situada na cidade de Crato e outra em Juazeiro do Norte-CE.

Em uma das entrevistas realizada com a delegada da Delegacia da Mulher de Crato, ela comenta sobre a imagem formada sobre a região, segundo ela, o Cariri era uma espécie de “Vitrine da violência contra a mulher” (2010).

Foram dois anos de pesquisas sobre o tema específico da violência contra a mulher e durante esse período, tive, também, a oportunidade de acompanhar a ascensão política de algumas militantes desses movimentos. Ou seja, mulheres que passaram de forma eletiva a ocupar cargos públicos no legislativo das principais cidades da região.

Essa transição de espaço de atuação das referidas militantes despertou-me à possibilidade de um aprofundamento dos estudos desenvolvidos anteriormente,

direcionando-os a partir de agora ao tema da condição da mulher na região do Cariri-CE, com foco na atuação política institucional.

Nas eleições de 2008, as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, as maiores e principais cidades da região do Cariri, elegeram ao todo sete mulheres para câmara de vereadores, maior percentual até então. Perguntamo-nos assim, que relação pode haver entre o contexto regional de violência contra a mulher com a eleição de mulheres a cargos públicos nessas cidades? É certo que nos últimos anos projetos e medidas vem legitimando a participação efetiva das mulheres nos espaços públicos formais, um dos exemplos mais expressivos foi a aprovação da lei nº 9.504, que estabelece uma cota mínima de trinta por cento (30%), para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%), para qualquer um dos sexos. No entanto, as dificuldades que essas leis têm enfrentado para sua efetivação demonstram que só a aprovação não tem sido o suficiente para mudanças de uma cultura política que, historicamente, alijou as mulheres dos espaços de participação do poder.

Observar a implantação desse tipo de lei tem estimulado reflexões em varias vertentes sobre o enfrentamento da questão levantada quando se estuda relações de gênero e política. A proposta de estudo é de ter como referencia o campo da política para investigar questões quanto às atuais condições do gênero feminino. E essa é uma tarefa que se mostrou, ao longo do caminho complexa, devido a suas imbricações e interfaces.

O campo da política já é marcado por si só por uma construção ou procura individual por legitimidade, no entanto, maximizamos esse quadro ao tratarmos de candidaturas femininas. Diz Barreira (1998), que essas entram no páreo “com a complexidade do pedido de licença para o reconhecimento”, inclusive de que podem estar ali, pois elas não aparecem apenas com a força partidária ou com os atributos pessoais, “as mulheres entram no cenário político com o estatuto de gênero” (BARREIRA, 1998. P. 105).

E no que implicaria esse estatuto de gênero? Pois bem, se levarmos em consideração que as instituições sociais carregam consigo as crenças e valores das suas respectivas sociedades e que em nossa prática social as qualidades femininas até pouco tempo atrás não eram compatíveis com o espaço publico da política formal, porque ele mantinha e/ou ainda mantêm características reconhecidamente masculinas, como força,

imparcialidade, persuasão, autoridade. Temos nesse campo, uma luta por reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legítimas para estar no campo da política. Se mulheres não ocupavam cargos públicos em nossa cultura era porque não admitíamos ainda, enquanto sociedade, essa possibilidade.

O fato é que essas mesmas instituições que não cogitavam sequer a presença feminina estão hoje assegurando de forma legal essa participação. Deixemos claro que isso não é resultado de uma “instituição” ao modo Durkheimiano¹, é por seu contrário que estamos investigando esse tema. É pelo fato de ter havido pressões e reivindicações de sujeitos sociais que ocorreram essas mudanças em nossas instituições, e por isso, seguiremos a partir dos sujeitos aqui envolvidos para compreendermos as questões levantadas a seguir.

Sendo assim, indagamos: de que maneira o gênero feminino se legitima no espaço público de governabilidade? Quais qualidades são eleitas pelas próprias mulheres para ocuparem esses espaços que por tanto tempo foram inapropriados para a “condição feminina?” E de que forma os movimentos de mulheres influenciaram na conquista direta por esse espaço? Nesse esforço de construir essa relação de legitimidade da mulher nos espaços públicos, não podemos, aqui, deixar de reificar a força e as lutas dos movimentos feministas que evidenciaram a condição da mulher e trouxeram mudanças importantes quanto às possibilidades de se conceber as relações sociais.

Compreendo que a conquista feminina do espaço formal da política – entendendo esta como a que dá acesso a governabilidade – que vem ao longo dos anos se consolidando, traz consigo discussões que vão muito além de concepções políticas ideológicas (BARREIRA, 1998) e/ou questões sobre as divisões do espaço em público e privado, elas chegam ao que cada sociedade concebe como sendo homem ou mulher (SCOTT, 1990).

Pensando desse modo proponho ainda nos indagar sob as formas de manutenção de uma “Dominação masculina” e onde ela reside, pois em seu livro *A Dominação Masculina* (2011), Bourdieu nos fala de como o princípio de perpetuação dessa relação dominante não reside necessariamente, onde se julga mais visível sua observação, ou

¹ Em Durkheim identificamos as instituições sociais como forças absolutas da sociedade, as instituições são responsáveis pela transmissão de normas e disposições culturais e intelectuais capazes de gerar práticas conformes ao princípio da ordem social (DURKHEIM. 2008).

seja, na unidade doméstica e sim em instâncias como a escola e o estado, “lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação mesmo dentro do universo mais privado” (2011. P. 10).

Diante desse quadro considero nesse estudo identificar quem foram as mulheres eleitas na região do Cariri? Como se constituíram suas trajetórias políticas, seus entraves e suas aberturas à participação política institucional? Como se dava a relação com a família, os filhos e de que forma conciliavam os mundos públicos e privados? Os aprofundamentos nessas questões nos levaram a discussões pertinentes sobre a condição feminina diante dessas relações e, principalmente, nos fez vislumbrar mais uma vez a iminência de “outros” atores sociais. Nesse campo há outras possibilidades do feminino, e estas estão aqui em pleno processo.

Essas questões tornam-se relevantes quando consideramos as transformações sociais nas últimas décadas, resultado, em especial, da ação de movimentos feministas, essas transformações não cessaram ainda, estão em curso e influenciando a teia de relações fundantes de nossa sociedade.

No cariri, essas mudanças são visíveis e devido ao seu contexto particular recente, são mudanças passíveis de um acompanhamento em tempo real, como diz Barreira (1998) a respeito do tempo de campanha em seu estudo. Não estamos em tempo de campanha, mas, estamos em tempo de organização de fatos sociais cruciais para a região, o que nos possibilita observar questões de consolidação do feminino no espaço da política da governabilidade imprescindíveis para as novas formas de se conceber o gênero feminino e por que não masculino, já que não podemos perceber um sem sua estreita relação com outro.

Contudo, é conhecido, que desde a década de 1970, várias abordagens sobre o status da mulher em nossa sociedade vêm sendo levantadas, mas, entendo que as interfaces dessa condição ainda podem revelar mais do que já foi mostrado, pois, se é verdade que há uma espécie de somatização das relações de dominação, onde a forma de se estar no mundo e de percebê-lo é diversificada conforme os gêneros (BOURDIEU, 2007) e esses gêneros, masculinos e femininos, estão na conjuntura atual em plena formação e constituição, a realização desse estudo pode, certamente, contribuir para estreitar caminhos para a compreensão das novas possibilidades sociais que hora se apresentam.

Sendo assim, esse estudo apresenta como primeiro capítulo, uma releitura de estudos que perpassam a temática dos lugares sociais e a condição da mulher a partir desses espaços. Questões como trabalho e o direito ao voto feminino foram fontes ricas de estudos em várias áreas do conhecimento. Nesse primeiro capítulo me valho também de algumas concepções de estado e cidadania, onde acreditamos haver uma contribuição interessante para compreendermos a relação entre mulheres e os espaços sociais de disputa política. Ainda aqui, consideramos alguns teóricos como chave para compreensão do problema que proponho, quais sejam, Joan Scott e Pierre Bourdieu.

Em seguida, tento traçar os caminhos percorridos para construção do material de análises que se constitui no nosso capítulo metodológico. Aqui falamos de nossa trajetória dentro dos estudos de gênero que acabou sendo o meio de aproximação nesse novo campo, discutimos então, como conseguir me inserir, em quais momentos estive nas câmaras municipais e, como aconteceram os contatos e entrevistas com as mulheres vereadoras. Desde já, posso apontar uma ordem de dificuldades não previstas para análises dos dados, o receio de falar de suas vidas particulares, de suas trajetórias, que acreditei que encontraria entre essas mulheres, foi tomado por uma necessidade de falar delas mesmas, de demonstrar a importância do trabalho por elas realizado e as lutas pelas quais passaram, transformando as entrevistas por vezes em um desabafo e em outros momentos, significativos, gravamos falas onde elas se tornavam legítimas daquele espaço.

Começo então em nosso terceiro capítulo a levantar questões sobre o grupo de estudo. E iniciamos apresentando nossas mulheres, informações sobre suas trajetórias, suas relações familiares. O tipo de formação e educação a que tiveram acesso formam um perfil básico dessas mulheres. Em sequência trato de um ponto importante em nosso trabalho que é pensar a inserção dessas mulheres no campo formal da disputa política, para tanto, utilizo trechos de suas próprias falas onde relatam seus caminhos e motivação à participação política.

No quarto capítulo, trato dos entraves e das particularidades vivenciados por essas mulheres para efetiva participação na política institucional local. Tenciono as expectativas às suas ações no campo com alguns conceitos próprios dos estudos de gênero, aqui é onde tentamos descrever a lógica de que modo as mulheres se legitimam nesse espaço a partir de suas próprias percepções do que seja política e do papel de mulher.

Por fim, tenho que dizer que o motivo pelo qual apresento esse texto inicial como minha sociologia das mulheres, está no fato de que minha formação acadêmica foi construída a partir desse tema. Tratei das linhas de pensamento da sociologia à luz da problemática de gênero, fui a campo procurando gênero, principalmente, no exercício da profissão, foi através dos estudos de gênero que vi se concretizar os primeiros escritos. Por tudo, penso que esse foi o tema que nos fez insistir na sociologia. Através dele conheci esse campo científico e foi com a sociologia que pude tentar formas de compreensão para questões que hora apresento mais uma vez.

Talvez, meus motivos não sejam exatamente os mesmos elencados por Perrot (2012) para sua história das mulheres, mas sei que não poderia, nesse momento, referir-me a sociologia sem percebê-la intrincada as mulheres, sem fazer da sociologia, que é minha escolha de vida, a minha sociologia das mulheres.

2. CAPÍTULO PRIMEIRO

OS CAMPOS DA POLÍTICA E DO GÊNERO FEMININO: REPENSANDO IDEIAS

Hanna Arendt em *A condição Humana* de 1958 classifica o fato de os sujeitos humanos não conseguirem viver fora da companhia de outros, condição que está entre as características especificamente humanas. Essa companhia social era vista como uma limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que eram entendidas como as mesmas as que estavam submetidas todos os outros animais. No entanto, para os gregos a capacidade humana de organização não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação meramente natural.

Com o surgimento da cidade-estado os sujeitos sociais receberiam, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, era o seu *bios politikos*, agora cada cidadão pertencia a duas ordens que se distinguiam através da ideia de liberdade. Para poder viver em uma *polis* o homem² já devia ser livre em outro sentido, ele não devia estar subordinado como escravo à coação de outro homem, nem como trabalhador à procura do ganha-pão diário. Essa libertação realizava-se, sobretudo através da coação e da força e baseava-se no domínio absoluto que o dono da casa exercia em seu domicílio, lugar entendido como sendo do trabalho e da vida de mulheres e escravos.

O sentido da coisa política aqui é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que só em caso de necessidade davam ordens e obedeciam uns aos outros. Mais do que isso viver na *polis* significava que tudo se dizia por meio de palavras e persuasão, e não com força e violência. A *polis*, era o espaço da liberdade e da democracia, era também um espaço exclusivamente masculino. Segundo Aristóteles o espaço para o verdadeiro homem, visto que às mulheres não era dada a possibilidade de superar a vida privada, portanto não poderiam ser jamais consideradas cidadãs. Para Arendt (2009) a *polis* se diferenciava da família na medida em que a primeira somente conhecia iguais, enquanto que a segunda era o centro da mais estrita forma de desigualdade.

Nesse estudo partimos desse ponto porque entendemos que apesar dos séculos, muito da nossa concepção política é ainda resultado dessa forma antiga de organização

² Falo em homem porque aqui a mulher não era ainda considerada como possível de liberdade, fator determinante para construção de vida na *Polis*.

social. Para a socióloga Ana Alice Alcântara Costa, em seu livro *As donas no Poder: Mulheres e política na Bahia* (1998), uma das questões básicas da exclusão da mulher da esfera pública está ligada ao conceito de cidadania. Para a autora um conceito construído através da história de todo o pensamento universal, a partir de um modelo e voltado para os interesses dos homens.

Durante a idade média a dicotomia entre público e o privado é abrandada. No feudalismo o padrão doméstico de organização se estende a todas as outras formas de organização e o próprio feudo se estrutura como base do poder patriarcal.

[...] a autoridade privada e pública se fundem numa inseparável unidade, já que ambas são a emanção de um único poder, sendo também compreensível que estejam ligadas aos bens fundiários e possam ser tratadas como direitos privados bem adquiridos” (HABERMANS. 1984. P. 18).

Aqui, as mulheres permaneciam excluídas da cidadania e sujeitas a uma série de restrições e normas que limitavam seus direitos dentro e fora da família.

Com a burguesia inicia-se uma luta pelos direitos políticos e pela liberdade econômica, as reivindicações dessa classe culminavam em uma crítica a própria organização social e política dominante. O liberalismo, enquanto ideologia política, ressalta a importância do indivíduo, a defesa das liberdades individuais, a livre iniciativa econômica sem a intervenção do estado e, sobretudo, o direito a propriedade privada. Desse modo os homens eram livres quando eram proprietários.

A teoria liberal vem institucionalizar a dicotomia pública e privada. O privado já não tem o mesmo sentido clássico de privação e adquire um sentido do que é próprio, o oposto ao social, ao que é comum, ao público. Para as mulheres excluídas do processo de acumulação ou mesmo quando eram proprietárias, continuavam tendo as portas fechadas ao mundo público, elas eram somente uma “propriedade a mais dos homens”, com a função de produzir as condições para dar ao homem sua entrada ao político. Sem a mulher na esfera privada que guarde o âmbito da necessidade não poderia dar-se o cidadão ou o negociante (COSTA. 1998. P. 60).

Carole Pateman (1993) volta a discutir o conceito de cidadania, agora no pensamento liberal. Segundo esta autora, essa é uma categoria patriarcal, construída também a partir do modelo masculino de dominação. A história desse conceito revela que a construção patriarcal da diferença entre masculinidade e feminilidade é a

diferença política entre a liberdade e a sujeição, diz a autora ainda que o domínio sexual é o principal meio pelo qual os homens afirmam a sua masculinidade (PATEMAM. 1993. P. 303).

Muitas mudanças ocorreram desde então. Hanna Arendt (2007) ao falar do mundo da política diz que com o despontar dos tempos modernos não foi uma modificação de função da coisa política, não aconteceu uma nova forma de se perceber e querer política. O que aconteceu foi uma modificação dos âmbitos pelos quais a política parecia ser necessária, ele continuou funcionando praticamente da mesma forma, mas para atender outras necessidades.

O âmbito do religioso recaiu no espaço privado, ao passo que o âmbito da vida e de suas necessidades – que tanto na antiguidade como na idade média valera por excelência como âmbito privado – recebeu nova dignidade e na forma de sociedade, apareceu em público (ARENDR. 2007. 73).

Assim sendo, era agora para regulamentar questões da “vida privada” que se fazia política. Outra questão importante para Hanna Arendt é a que versa sobre os preconceitos do campo da política. Para a autora não existe nenhuma estrutura social que não se baseie mais ou menos em preconceitos, através dos quais certos tipos de mulheres/homens são permitidos e outros excluídos, em nossa discussão específica, entendemos que por razões que têm suas bases em explicações “naturais” e/ou na “vontade divina”, a mulher foi excluída do campo da política. Para a autora

O perigo do preconceito reside no fato de originalmente estar sempre ancorado no passado, quer dizer, muito bem ancorado e, por causa disso, não apenas se antecipa ao juízo e o evita, mas também torna impossível uma experiência verdadeira com o presente (ARENDR. 2007. P. 30-31).

Vale-nos aqui, portanto, refletir sobre o fato de os preconceitos terem sempre desempenhado um grande e legítimo papel no espaço público da política. Eles dizem respeito àquilo que nós compartilhamos, mesmo sem querer uns com outros e por isso mesmo é onde menos sentimos as transformações ou onde as sentimos mais lentamente.

2.1 AS MULHERES FAZENDO POLITICA

Em Paris, durante a Revolução francesa, as mulheres se mobilizam para conservar seus trabalhos a domicílio, “elas (as mulheres trabalhadoras) são tão turbulentas que por vezes cede-se a elas” diz o Jornal *Gazette des Tribunaux*, citado por Michelle Perrot em *Os excluídos da História*, livro publicado originalmente em 1988 (2010). Diz o jornal ainda, que:

Mais vale deixar as mulheres isoladas e mantê-las ocupadas em casa do que reuni-las aos montes, pois as pessoas dessa categoria são como as plantas que fermentam quando se amontoam. (GAZETTE DES TRIBUNAUX *apud* PERROT. 2010. P. 33).

Os motins de Elbeulf em 1846 devem-se à introdução de uma “trinadeira” de lã de fabricação inglesa, por iniciativa do industrial Jules de Aroux, que era destinada a substituir as mulheres que, até então, faziam esse trabalho em casa e tinham a intenção de assim continuar. Esse era um trabalho feito no interior das casas que era absorvido pelas indústrias. As recortadoras de xales também ficam indignadas “que se quisesse fazer com a ajuda de maquinas, aquilo que há tempos era serviço das mulheres” (PERROT. 2010. P. 34). *La Gazette des Tribunaux*, fala em “motim de saia”, em “republica de touca” e se admira pelo fato de as envolvidas não corresponderem ao estereótipo esperado para essas mulheres.

Na maioria jovens e bonitas, elas mantinham os olhos timidamente baixos, justificavam-se balbuciando e nenhuma delas nos apresentava aqueles traços másculos e marcados, aquela voz forte e rouca, enfim aquele conjunto de gestos, vozes, aparências e movimentos que nos parecia dever ser o tipo constitutivo da mulher-motim (GAZETTE DES TRIBUNAUX *apud* PERROT. 2010. P. 34).

Perrot (2010) nos apresenta um momento importante da história das mulheres na sociedade ocidental capitalista, que foi sua incorporação na produção social, isso deu as mulheres à possibilidade da “experiência da rebelião social” (COSTA. 1998. P. 71). Paulatinamente e de tempos em tempos as mulheres vão tomando parte nas mobilizações e campanhas de ruas, esse sempre foi o lugar que se tornou próprio da política feminina, foi ai também, onde podemos observar as mulheres dando inicio à batalha pela conquista da cidadania, a conquista dos espaços públicos.

Essa batalha, que se inicia com os acontecimentos da revolução francesa no século XVII só terá vitórias significativas a partir da segunda metade do século XX, assumindo intensidade e características peculiares em cada país. Essa cidadania arduamente conquistada encontrou entraves fortemente enraizados em nossa sociedade. A ideia de uma cidadania forjada a partir da imagem masculina implicava que as mulheres para exercerem essa cidadania deveriam atuar segundo o modelo masculino.

Ao discutir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no espaço público, Costa (1998) reflete sobre a concepção de cidadania, que requer cidadãos livres e capazes de exercer seus direitos civis. Para a autora, a forma com que foi idealizada essa cidadania, desconsiderou a condição à qual estavam submetidas às mulheres e na prática resultaria que para as mulheres:

1. Sua condição de gênero oprimido as impede e obstaculiza o exercício pleno da cidadania; 2. Sua vulnerabilidade física e a possibilidade de serem golpeadas no lar obstaculizam o seu envolvimento nas atividades públicas e as exclui do exercício dos direitos civis; 3. Ao não dispor de ingresso monetário próprio, estão submetidas à vontade e às ameaças do marido; 4. A ideologia da feminilidade, à qual estão submetidas, é contraditória com a racionalidade do mundo da política; 5. A dupla jornada de trabalho lhes deixa com menor disponibilidade para dedicar-se a vida política como cidadã (COSTA. 1998. P. 71).

Essas foram por algum tempo, construções sociais determinantes para a atuação política da mulher. Uma participação afastada dos conceitos formais da participação política, conceitos que por muito tempo só incluíam as atividades realizadas no âmbito do aparelho estatal, ou seja, processos eleitorais, atividades parlamentares e atuação em órgãos executivos. Para Joan Scott (1992) essa visão não é somente o reflexo da ideologia das esferas separadas que definiu a mulher como um ser exclusivamente privado, é bem maior que isso. Para a autora o poder dessa ideologia é tão grande que, quando as mulheres trabalham ou desenvolvem bem uma atividade política,

Suas atividades se definem como ‘extraordinárias’ ou ‘anormais’ e por isto alheias ao âmbito da política ‘autêntica’ ou séria. A concepção das mulheres como mão de obra barata ou de trabalho não remunerado no lar, também desvalorizou a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança (SCOTT. 1990. P. 49).

Para Bourdieu (2002) o acesso ao poder político ou, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de “Double bind”, ou seja, se atuarem como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da feminilidade e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder, se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação.

Dentre as estruturas que reforçam a reprodução da divisão dos gêneros, a instituição do Estado, reconhecido como lugar próprio da ação política e do uso do poder, ganha devida relevância pela forma como o temos concebido ao longo dos anos. Em Bourdieu, podemos identificar o estado como reforço e retificação das prescrições e das proscricções do patriarcado privado. As feministas radicais, como eram identificadas, definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. Saffioti (1992) redefine o conceito de patriarcado, o entendendo como:

Um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo [...] pode, por conseguinte, ser utilizado para designar outra concepção de relações de gênero (simbiose patriarcado-racismo-capitalismo), diferentes das resultantes e das posturas dualistas. (SAFFIOTI. 2004. P.194).

Bourdieu fala ainda de um “patriarcado público”, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica. Sem falar no caso extremo dos estados paternalistas e autoritários que são realizações acabadas da visão ultraconservadora que faz da família patriarcal o princípio e modelo da ordem social como ordem moral, fundamentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força, da coragem com o domínio do corpo. Os estados modernos inscreveram, ainda, no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos “cidadãos”, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica (BOURDIEU. 2002).

Estas, entre outras questões, são razões para que a participação política das mulheres tenha tantos entraves. Elas são constantemente chamadas à ordem, e o pronto atendimento a ordem das coisas se deve ao fato de que toda uma série de experiências

anteriores preparou-nas para aceitar antecipadamente tais sugestões, fazendo-as introjetar a visão dominante.

2.2 AS MULHERES E AS LUTAS NO BRASIL

Para Costa (1998) a história tradicional e oficial do Brasil é uma história das elites políticas, do homem branco, das classes dominantes. Uma história em que os pobres, os negros e os índios são apenas coadjuvantes eventuais e as mulheres, sem distinção de raça ou classe social, simplesmente não existem. Apesar dessa “inexistência”, as mulheres estiveram presentes em todos os momentos significativos da formação nacional, no entanto poucas mulheres conseguiram romper o anonimato ao participar de atividades políticas nos mais diversos momentos da história brasileira.

Mas falemos da participação da mulher brasileira e de sua inserção nas lutas pela conquista e pelo exercício da cidadania. A luta das mulheres pelo direito ao voto tem seu início público nos acontecimentos da Revolução francesa. No Brasil, a manifestação pública dessa reivindicação só se deu na segunda metade do século XIX, através de José Bonifácio, que advogou por essa causa junto a primeira câmara dos deputados gerais do império, ao falar sobre o voto de qualidade, no qual incluía as mulheres tituladas pela escola superior (TABAK. 1989).

Na segunda metade do século XIX, começaram a surgir as primeiras manifestações femininas pelo direito ao voto em especial através dos jornais femininos. Em 1852, foi criado o “Jornal das senhoras”, em 1873 o “Sexo feminino” e, em 1880 a revista “A Família”, todos eles trataram da questão da emancipação feminina com relação ao voto.

Um dos fatos mais interessantes desse momento foi a ação realizada pela dentista Isabel de Matos Dillon, ainda sob o império, que com base na Lei Saraiva – que concedia o direito ao voto aos portadores de títulos científicos – requereu seu alistamento eleitoral. Conseguiu ganhar a demanda judicial em segunda instância, o que lhe deu a possibilidade do exercício do voto. Mais tarde Isabel Dillon tentou se candidatar a primeira constituinte republicana, argumentando que a constituição em vigor e a lei eleitoral de fevereiro de 1890 não excluía as mulheres, mas sua pretensão foi negada pelo Ministro do Interior do Governo Provisório, Cesário Alvin, que através

do decreto Nº 511 de junho de 1890 (O Regulamento Alvin), que proibia explicitamente o voto feminino (COSTA. 1998. P. 92).

Durante os trabalhos constituintes o deputado baiano Lopes Trovão, apresentou uma emenda, subscrita também por Nilo Peçanha, Epiácio Pessoa e Hermes da Fonseca (os dois últimos futuros presidentes da republica), onde concedia o direito de voto às mulheres. Apesar da defesa feita pelos deputados Cesar Zama e Costa Machado, a emenda foi rechaçada. O Art. 97 da constituição que tratava do tema estabelecia que “... são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistem na forma da lei” (COSTA. 1998. P. 92), dessa maneira não havia nenhuma referência à inclusão ou exclusão das mulheres. Essa omissão que permaneceu na maioria das constituições estaduais foi uma porta aberta para que algumas mulheres tentassem exercer o direito ao voto, sob o argumento de constitucionalidade do sufrágio feminino. Esse foi o caso de Myrtes de Campos, primeira advogada aceita pela ordem dos advogados do Brasil que teve seu requerimento de direito ao voto recusado. Alzira Vieira, formada em medicina; Cândida Maria dos Santos, Professora; e Clotilde Francisca de Oliveira, conseguiram exercer o voto com o mesmo argumento.

Em 1910 a luta sufragista tomou novo fôlego com a criação do Partido Republicano Feminino, liderado pela Professora Leolinda Daltro, que também teve sua solicitação de alistamento rechaçada. Esse partido tinha por objetivo mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio. Em novembro de 1917 o partido conseguiu organizar uma grande marcha no Rio de Janeiro, chamando a atenção da sociedade civil para a questão do voto feminino. Em termos de organização, foi com a criação da Federação Brasileira para o Progresso feminino (FBPF) que o movimento sufragista ganhou um impulso maior. Após retornar dos EUA, onde representou o Brasil na Conferência de Baltimore e no Conselho Feminino Internacional do Trabalho, em 1919, Bertha Lutz cria a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que se transformou em 1922 na FBPF.

A liga pela emancipação da mulher era composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si e pertenciam a famílias da burguesia. Este era seu principal trunfo. A partir de sua posição de esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, tinham acesso aos centros de poder. Por esse meio alcançavam o Congresso, a Presidência e tinham em geral o respeito da imprensa. Encontravam-se em reuniões sociais com pessoas que podiam influenciar a causa. Dessa forma, conseguiram convencer a certo

numero de deputados e senadores, de modo a fazer avançar no congresso as emendas que já existiam (ALVES *apud* COSTA. 1998. P. 94).

Ao transformar-se em FBPF, esse grupo se tornou o principal responsável pela luta sufragista no Brasil. Essa luta travou-se quase que exclusivamente na esfera parlamentar. Em 1927, a federação conseguiu sua primeira vitória, graças a atuação do senador Juvenal Lamartine, defensor da emancipação feminina no congresso nacional, que ao se candidatar ao governo do Rio Grande do Norte incorporou várias das reivindicações femininas ao seu programa de governo. Quando eleito interveio junto a assembleia legislativa daquele estado, que na época discutia a reforma constitucional refletindo a incorporação do direito ao voto para as mulheres nas eleições municipais e estaduais. Esse direito foi incorporado a constituição do Rio Grande do Norte através do Art. 77 que dizia “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reúnam as condições exigidas por esta lei”. Essa lei entrou em vigor em 25 de outubro de 1927 (COSTA. 1998. P. 96).

Entre avanços e recuos na busca pelo sufrágio brasileiro, em 1932 o governo criou uma comissão responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional, e por pressão da FBPF, Bertha Lutz e Nathercia Silveira, passaram a fazer parte dessa comissão. Ao final a constituição de março de 1934 no seu Art, 108, incorporava o direito de voto feminino com o seguinte texto: “São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”. Esse direito foi reforçado no Art. 113, que determina:

Todos são iguais perante a lei, não haverá privilégios nem distinções por motivo do nascimento, sexo, raça, profissão própria ou dos pais, classe social, riqueza, crença religiosa ou idéias políticas. (CONSTITUIÇÃO 1934 *apud* COSTA. 1992. P. 98).

Todas essas realizações democráticas tiveram pouco tempo para se acomodarem. Os sonhos eleitorais das mulheres, bem como da maioria dos brasileiros, foram adiados até o fim de 1945, quando passou o temporal do Estado Novo.

Depois da conquista do voto, da intensidade, do radicalismo e mobilizações que a luta sufragista alcançou, em muitos países foi quase que insignificante o número de mulheres postulantes aos cargos eletivos no legislativo e executivo. No entanto, se por

um lado, poucas mulheres se lançaram à prática eleitoral concorrendo a cargos públicos, por outro lado, a tendência geral, em todos os países, foi um grande número de alistamentos femininos – o termo alistamento, pois era necessário inscrever-se previamente em uma lista para o direito ao voto – que rapidamente passou a representar importante parcela do eleitorado em diversos países.

Outro momento importante para a história do Brasil, e sem dúvida, relevante para as mulheres brasileiras, foram os acontecimentos que se iniciaram no ano de 1986. Nas eleições que ocorreram nesse ano, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados com a tarefa de elaborar a nova constituição (nenhuma foi eleita para o senado – Eva Blay foi eleita suplente do senador Fernando Henrique Cardoso e assumiu o mandato por diversos períodos, Cientista política, feminista militante, “Eva comprou” a briga do aborto -).

Essas mulheres representavam 5,33% da Câmara Federal e pertenciam a diversos partidos e Estados da Federação, era um grupo que representava todas as vertentes da participação política da mulher no legislativo brasileiro nos últimos 54 anos de exercício ao voto. Elegeram-se nove mulheres em função do nome de seus maridos ou de seus pais, muitas sem nenhuma experiência política, algumas com prestígio conquistado pelo trabalho social durante a gestão do marido, outras mulheres chegaram com uma larga experiência política e prestígio adquirido junto aos movimentos populares e atuação partidária (TABAK, 1987).

Um enquadramento ideológico da atuação parlamentar dessas mulheres se torna uma tarefa quase impossível, já que as classificações do partido de centro, direita e esquerda não se adequaram aos posicionamentos adotados durante as votações, bem como, sua experiência anterior ou sua localização familiar. Essas mulheres se destacaram na função assumida, mas foi na defesa das propostas do movimento de mulheres que esse grupo de fato se efetivou e mereceu o reconhecimento de todas as mulheres do país (COSTA. 1998). Atuando como um bloco de gênero, a bancada feminina independente de sua filiação partidária e de seus matizes políticos, apresentou em bloco a maioria das emendas de forma suprapartidária, garantindo a aprovação, na nova constituinte, de aproximadamente 80% das demandas do movimento de mulheres.

A atuação da bancada feminina com essas características se deu como resposta à forte pressão do movimento feminista, que durante todo o período da constituinte atuou como um lobby, o “lobby do batom”, como ficou conhecido. O movimento de

mulheres, articulado através dos grupos feministas e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sob a bandeira “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, organizou eventos em todos os estados durante o ano de 1986, a fim de sistematizar as propostas das mulheres que seriam apresentadas na constituinte.

As propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional promovido pelo CNDM, com a participação de 2000 mulheres, onde se elaborou a “Carta das Mulheres Brasileiras”. A Carta agrupava propostas sobre família, saúde, educação, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade de terra. A partir desse momento, as mulheres invadiram o congresso nacional, brancas, negras, índias e mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas e patroas.

A partir de 1986 centenas de mulheres saíram de seus grotões, lotaram ônibus, apinharam boléias e passaram a circular, com a maior desenvoltura, pelos corredores do congresso. Representavam uma força de trabalho até então invisível. Eram dois milhões de marias-ninguém, classificadas como donas de casa que não tinham prestígio profissional, permaneciam excluídas dos benefícios da previdência e seus nomes não podiam sequer constar nos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois, que as lobistas da enxada hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos (VEJA. Agosto/Setembro. 1994. P. 20).

Com o surgimento de um feminismo moderno, voltou-se à velha tática da pressão política sobre os parlamentares, tão utilizada pelas sufragistas. A diferença nesse momento foi a existência de um movimento forte de mulheres, que respalda e garante as ações realizadas no legislativo.

Paulatinamente, o número de mulheres ocupando cargos públicos eletivos se amplia, projetos e medidas vêm ainda sendo criados para minimizar os efeitos dos anos de reclusão aos quais estiveram submetidas às mulheres, um dos exemplos mais expressivos foi a aprovação da lei nº 9.504, que estabelece uma cota mínima de 30% para as mulheres em cargos eletivos, e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos. No entanto, as dificuldades que essas leis têm enfrentado para sua efetivação demonstram que só a existência da lei não é o suficiente.

As dificuldades para o acesso das mulheres à política são numerosas. É necessário lutar contra uma cultura que determinou às mulheres os espaços privados e que tem raízes ainda muito profundas. É importante romper barreiras internas nos

partidos, preocupados em garantir espaços para suas lideranças originais, é preciso conter o boicote, o descrédito, a indiferença da militância, a falta de confiança do eleitorado (na maioria das vezes, nos casos das candidaturas femininas, condicionados por velhos preconceitos), as dificuldades financeiras devido aos altos custos das campanhas e muitos outros obstáculos que atuam mantendo as mulheres longe da política formal.

Apesar do avanço do movimento de mulheres e a ampliação da representação feminina em vários setores da política formal, um fenômeno que se mantém é o da “candidata esposa”. Em todas as campanhas eleitorais é relevante o percentual de mulheres que se elegem em função do prestígio do marido ou por suas práticas assistencialistas no exercício da função de primeira dama, tornando uma prática comum: o apadrinhamento feminino na política. Ou seja, mulheres que, historicamente, passam a funcionar nesses espaços, muitas vezes, como verdadeiras representantes dos interesses do marido e/ou da família.

Mesmo assim, faz-se necessário mencionar que algumas mulheres que chegam ao exercício de cargos públicos por esse caminho, conseguiram realizar seus mandatos com autonomia e compromisso com interesses republicanos. O próprio fato dessas mulheres já se encontrarem nesse cenário do poder institucional, já demonstra, de certo modo, alguma forma de transformação importante para a condição social da mulher, sem com isso, manter a ótica da crítica política às condições de imposição de poder ao feminino.

2.3 RELENDO OS ESTUDOS DE GÊNERO

Constantemente termos gramaticais são usados para evocar traços de caráter ou traços sexuais. Em certo momento, feministas começaram a usar o termo “gênero”, num sentido literal, para fazer referência à organização social da relação entre os sexos. Nas últimas décadas do século XX, o termo mais fortemente empregado pelas feministas americanas, enfatizava o caráter especificamente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico, implícito nos usos de termos como “sexo” ou “diferenças sexuais”.

Havia uma preocupação com a produção dos estudos sobre as mulheres, principalmente por estes se centrarem nas mulheres de maneira estreita e separada de relações sociais que constituíam o âmago dos grupos sociais. O uso do termo “gênero” vem, desse modo, introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico, desenvolvendo as ideias de que mulheres e homens são definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender um por meio de estudo inteiramente separado do outro (SCOTT. 1990).

As pesquisadoras feministas insistiam que o estudo das mulheres em áreas diversas do conhecimento, não só acrescentaria novos temas, mas, iria paralelamente a isto, impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente, e tudo isso dependia de como incluiríamos a experiência das mulheres e da forma como o gênero seria desenvolvido como uma categoria de análise.

No texto, *Usos e abusos da categoria de gênero* (1992), a antropóloga Maria Luiza Heilborn faz uma crítica ao modo como esta categoria foi usada em diversos estudos. De acordo com esta autora:

Se de um lado a valorização do tema mulher é sem dúvida salutar, de outro andamos tropeçando em material de pouca reflexão e até mesmo de mimetismo com o discurso militante, ainda que este tenha méritos incontestáveis (HEILBORN. 1992. P. 39).

Aqui nos vemos diante de uma crítica comum aos estudos de gênero, qual seja: o fato dessas investigações terem sido marcadas, desde muito tempo, por olhares que demonstraram muitas vezes mais a identidade do investigador, do que a própria identidade da questão. Para a autora passou-se de sexo ao gênero, mas, a categoria tem sido usada sem a percepção de suas imbricações com um sistema relacional, e que mantém certo vínculo com a fisiologia, embora “sua principal utilidade estaria em apontar a dimensão social, que em última instância é o que importa” (HEILBORN. 1992. 39).

Heilborn sublinha essa ideia da dimensão social, dizendo que...

A Postura cognitiva implicada no uso da categoria em questão é a desnaturalização das categorias homem e mulher. E quando se fala em identidades socialmente construídas o discurso antropológico está

ênfatizando a perspectiva relacional e sistêmica para ambos os sexos. É retirar-lhes a aparência de ‘natural’, ainda que o discurso com que se apresentem assim o designe (HEILBORN. 1992. 43).

Também com uma construção textual crítica dos estudos de gênero, a historiadora Joan Scott, no livro, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990) faz um estudo histórico do termo e traz indicações de como torná-la uma categoria de análise indispensável para os estudos de mulheres. Esse texto é um marco nos estudos de gênero e é utilizado por pesquisadores (as) em todas as áreas das ciências sociais, devido às inúmeras possibilidades que o uso da categoria passa a empregar, bem como, os campos de investigação onde os gêneros imprimem suas marcas.

A forma como os gêneros são percebidos e construídos pelos agrupamentos humanos, sempre falaram de muito mais, do que simplesmente, da sexualidade dos sujeitos sociais. Por acreditar nisso, Joan Scott (1990) define o gênero como sendo um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Nesse caso o gênero funciona como marcador das relações sociais, quando utilizamos seus símbolos para evocar representações da mulher como Eva e Maria, ou ainda descrever mitos de luz e escuridão, inocência e corrupção, pureza e impureza. O gênero, assim, normatiza interpretações dos símbolos, tentando limitar possibilidades metafóricas que tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, onde se afirma de forma categórica e fixa o significado de homem e mulher, do masculino e do feminino.

Para a autora, a compreensão do gênero nas diversas culturas deve incluir, não só uma atenção especial para como ele funciona em nossas representações sociais, mas, uma concepção de política, bem como, uma referência às instituições e à organização social. Aqui o foco deixa de ser a organização familiar e recai sobre outras formas de organização, afinal o gênero é construído através do parentesco, mas, não só por ele; em nossa sociedade ele é construído igualmente pela economia e pela política, campos que operam atualmente relativamente independentes das relações de parentesco.

Seguindo o caminho orientado por Scott (1990), devemos ainda observar as identidades subjetivas, pois, diz ela, que os homens e as mulheres reais, não cumprem sempre, nem literalmente os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas, acumulando individualmente formas de legitimidade e/ou capital que os circunscrevem em outras atividades, organizações e representações sociais específicas.

Por fim, Scott desenvolve a preposição de que o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. Ela diz, “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT. 1990. P. 88). Ele não é o único campo, mas, tem sido uma forma corrente e persistente de possibilitar a significação do poder, sobretudo no ocidente, mas também, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Para a referida autora, as referências aos gêneros estabelecem distribuições de poder, um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos disponíveis. Desse modo, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. Costa (1998), alerta que historicamente, em geral, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, “do lado da condição de subalternidade” (1998. P. 19), onde não puderam decidir sobre suas vidas, não se constituíram como sujeitos, não exerceram e não exercem o poder, bem como não o acumulam, reproduzindo-o, não para elas mesmas, mas para aqueles que sempre o controlaram (COSTA. 1998).

Scott (1990) segue a mesma linha de raciocínio de Bourdieu (2011) ao propor que observemos a elaboração dos gêneros em outros campos de conhecimento, já que

Se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a escola ou o estado, lugares próprios de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado... (BOURDIEU. 2011. P. 10-11).

Podemos observar, então, como em Bourdieu (2011), o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais. Em *A dominação masculina* (2011), o autor diz que a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, isto é o equivalente a dizer que algo é normal, natural, inevitável, que foi sempre assim. E essa divisão, nos aparece em toda parte, em estado objetivado, como em nossas casas, onde partes dela parecem pertencer ao homem ou a mulher, bem como acontece com todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e ação.

Portanto, é a partir de estudos como esses que problematizaremos a participação política feminina, tendo em vista a percepção social do ser feminino e a relação com o campo da política formal.

Ao mesmo tempo em que nos apropriamos de conceitos Bourdianos, refletimos também sobre a crítica que lhe recai, a partir de outras construções da problemática de gênero. Judith Butler (2010), por exemplo, crítica o fato de o termo mulheres denotar uma identidade comum a todos os sujeitos pertencentes a esse gênero. Em seu texto *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010) diz a autora: “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER. 2010. P 20). O termo não se constrói exaustivo, não por questões de essência ou da pessoa que transcende o gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais (BUTLER. 2010).

Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. Desse modo, tencionaremos o gênero feminino com a conjuntura social e política do Cariri cearense.

3. CAPÍTULO SEGUNDO

COMPRENDER, ROMPER E VIGIAR: AS MULHERES E OS DESAFIOS METODOLÓGICOS

Os cientistas sociais não herdaram teoricamente os instrumentos que lhes permitem recusar a linguagem corrente e as noções comuns, ao contrario disso, só conseguiram propor explicações através deles. Bourdieu em o *Ofício de Sociólogo* (2007), trata o assunto ressaltando que a influência das noções comuns é tão forte que “todas as técnicas de objetivação devem ser utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura, que na maioria das vezes, é mais professada do que concretizada” (2007, p. 24).

Propor-se à investigação sociológica é sempre uma tarefa árdua que traz em seu leque de imposições, entre outras constantes, a vigilância epistemológica. Ao tratar de investigações referentes aos gêneros, os riscos de se produzir uma sociologia nos moldes da sociologia espontânea, criticada por Bourdieu, se tornam ainda mais evidentes.

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação. (BOURDIEU, 2011. p. 13).

Sair desse círculo não é, desse modo, uma tarefa fácil. As categorias do conhecimento, ou as formas de classificação com as quais construímos o mundo, e que são ao mesmo tempo alvo de nossas investigações, estão essencialmente de acordo com esse mundo, na maioria das vezes despercebidas, as incluímos em nossas reflexões sem lembrar as condições sociais de suas possibilidades.

Compreender que enquanto sujeitos sociais, nós pesquisadores, apreendemos o mundo social com todas as suas divisões e arbitrariedades, se faz crucial no momento de construção e elaboração de análises. Buscar romper com esse círculo de reprodução das noções comuns e manter uma vigilância constante não sobre nossos objetos de pesquisa, apenas, mas sobre nós mesmos, é ao que nos propomos durante a construção desse material nesse estudo específico.

Nesse ponto, pensamos também, nos escritos do Antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1998) em *O trabalho do antropólogo*, onde ele nos diz que:

A partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (...). É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é, que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado (OLIVEIRA, 1998, p. 21-22).

O autor enfatiza no texto, o olhar e o ouvir disciplinados durante o nosso itinerário acadêmico, em que aprendemos a perceber uma determinada realidade de forma não muito ingênua, já que procuramos exatamente às respostas correspondentes às apreendidas no bojo de nossa formação. Superar essas noções de modo a não comprometer o olhar sobre o tema investigado torna-se nossa meta. E é sob essas influências que iniciamos nossa investigação.

Como já apontamos anteriormente, esse texto nasce de preocupações sugeridas em outras investigações no campo dos estudos de gênero. Quando nossa preocupação era a Delegacia de Defesa da Mulher de Crato-CE, entramos em contato com mulheres que articulavam os Movimentos naquela região e que lutaram publicamente pela instalação da Delegacia da Mulher. Nesse momento, encontramos nossa futura vereadora, que nos instigaria a percorrer esse caminho. Ela era militante, e assim se identificava, tinha uma causa, a luta à violência contra a mulher, e se candidatava em 2008 para o cargo de Vereadora em Crato-CE. Isso me deixou curiosa, ela me interessava e a partir de então eu tinha um caso para investigar.

Esse movimento de mulheres foi mais intenso nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, cidades vizinhas na região do Cariri no interior do Ceará, lugar onde já indicamos ter ocorrido uma série de assassinatos envolvendo mulheres e, por isso a articulação de movimentos em prol dos direitos das mulheres. Pensamos desse modo, estender nossas incursões para essas três cidades. Ao todo tínhamos um quadro de sete mulheres eleitas ao cargo de vereadora no ano de 2008, ano posterior a inflamação dos movimentos, com isso efetivamos um objeto e um campo específico. Nós não tínhamos um grupo uniforme de mulheres ocupando esse espaço, pelo seu contrário, cada uma delas trazia consigo trajetórias e formas especiais de percepção de mundo, e só percebemos isso quando nos aproximamos delas.

Por nossos trabalhos anteriores, eu já tinha contato com a vereadora Mara Guedes, vinda dos movimentos de Crato-CE. Acompanhei várias de suas falas junto a Câmara de Vereadores e sempre estávamos juntas em manifestações, passeatas, seminários sobre violência. Ela como membro engajado e eu como membro “investigador” que ajudava o movimento, e assim ela me entendia, como uma “Companheira de luta”, isso me dava acesso a certas informações mesmo elas sabendo minhas circunstâncias. Essa aproximação me abriu portas, primeiro, porque me possibilitou acompanhar os passos de uma futura vereadora e consolidou minha primeira entrevista que foi vista com bons olhos por ela, que acredita que se “tem que falar do trabalho que as mulheres estão fazendo em todas as instâncias da vida social, porque só de ela estar lá, já é muita coisa”. E segundo, porque os contatos seguintes ficaram menos complicados por causa do primeiro.

Visitei todas as câmaras municipais, acompanhei seções e acompanhei, principalmente, as seções de posse realizadas agora do final de 2012 e começo de 2013, fiz contato apresentei-me, mas sem muita empolgação da parte delas. Até, que minha primeira vereadora nos forneceu os contatos de sua companheira de tribuna em Crato, Joana Pedrosa e intercedeu, ela disse da importância do trabalho delas e que seria bom elas falarem disso. Em seguida encontrei-me com Joana.

Nas cidades seguintes, Juazeiro do norte e Barbalha, tivemos acesso aos contatos via Câmara Municipal, em todos os casos era o fato de já termos realizado a primeira entrevista com uma parlamentar que motivava a próxima entrevistada. Perto de realizar as últimas entrevistas, quando ligávamos, elas nos indagavam, com risos, se estávamos nos esquecendo dela e manifestavam o interesse em participar do trabalho.

As entrevistas semi-estruturadas que versavam desde suas trajetórias, escolaridade, suas relações com a família, sua inserção no partido, o período de campanha e o mandato, foram realizadas em lugares diversos. A primeira, com Mara Guedes, foi em uma casa preparada para atender seus eleitores ao longo do mandato, da qual ela se orgulhava por ser a única vereadora, entre homens e mulheres que teve essa preocupação. A segunda, Joana Pedrosa, nos recebeu em sua loja de artesanato uma das maiores da região, porque não tinha tempo fora daquele espaço. Fui atendida em Barbalha por Desirré de Sá, em uma fundação que trabalha com crianças com deficiência e por Maria Ednalda na própria câmara de vereadores, porque lá ela se sentia bem, mesmo o seu mandato tendo acabado e ela não reeleita. Em Juazeiro, nos

encontramos com Mara torres, em uma loja no centro da cidade que se fazia também de escritório não oficial da vereadora, esse era o lugar onde, certamente, se podia encontrá-la. Estivemos também na secretária de saúde do município, com Deliam Matos, onde a ex-vereadora, porque sua reeleição não vingou, voltara a ocupar seu antigo cargo de secretária do município, segundo ela por pouco tempo, pois, acredita que logo retornará ao legislativo. Nossa última vereadora entrevistada foi Mirantécia Rodrigues, nos encontramos com ela no anexo da Câmara municipal de Juazeiro do Norte, nesse local acontecem todas as reuniões pertinentes aos Vereadores da casa. Mirantécia revêsa com o marido o mandato de vereadora em Juazeiro, foi candidata de 2008 a 2012 e agora, segundo ela, “é a vez dele”.

Ao realizar essas entrevistas, nos aproximamos metodologicamente de instrumentos da história oral, pois acreditamos, que ela pode provocar uma mudança de foco na compreensão do mundo social, a partir do momento em que se considera convocar os relatos de sujeitos que historicamente estiveram do outro lado do poder. Até meados do século XX, os grandes sujeitos históricos eram medidos por feitos “heroicos” marcados pela luta e conquista do poder, isso fazia das mulheres sujeitos sem história e sem marcas na história das sociedades. Para Thompson (1992):

A história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON. 1992. P. 44).

Ao mesmo tempo em que nos preocupamos com outras vozes, nesse caso, a voz das mulheres que participam formalmente do campo político, nossa preocupação não consiste em um resgate dos fatos, enquanto verdades sociais que capturam detalhes e anulam discrepâncias. Buscamos, nesse trabalho, nos aproximar e compreender as visões de mundo, as aspirações elaboradas por mulheres envolvidas em um campo específico da vida social. E carregávamos a intenção de elaborar em conjunto os documentos para o estudo do objeto proposto, o que não foi uma tarefa fácil.

As mulheres com quem trabalhamos podem estar (e isso não é uma afirmação) em condições “subalternas” se comparadas às posições masculinas dentro do mesmo campo, no entanto, se as compararmos com outras mulheres suas condições sociais são claramente superiores. Todas tiveram acesso ao ensino superior, umas com mais sacrifícios pessoais outras nem tanto. A maioria vem de famílias que já tinham

influencia nas decisões políticas da região, algumas de grande importância. Então, não conversávamos com mulheres que podiam ser conduzidas ou influenciáveis, são mulheres que estavam acostumadas ao público, mesmo que uma ou outra não se sentisse tão confortável nessa posição, todas entendiam o jogo e as convenções do que se pode falar e do se deve calar.

Bourdieu em *Ofício de Sociólogo* (2007) já nos fazia perceber que “as técnicas de pesquisa são outras tantas técnicas de sociabilidade” (2007. P. 55). E todos nós, enquanto investigadores, lógico, queremos alcançar respostas às indagações que julgamos relevantes para o desenvolvimento deste estudo de dissertação. Por isso ainda, o autor acima, diz não existir gravação neutra, pois não há perguntas neutras, nesse caso, nossa tarefa é submeter nossas interrogações à interrogação sociológica e tentar perceber qual o sentido daquela pergunta naquele momento. Tudo isso, para não julgarmos precipitadamente as respostas que obtemos como fora de contexto, vazias ou absurdas.

Ao elaborarmos as entrevistas, como em qualquer outro estudo do tipo, tínhamos aquelas questões chave, nas quais acreditávamos que estariam o epicentro da nossa escrita, foi exatamente isso que aconteceu, mas não de acordo com as previsões. Essas perguntas indagavam sobre suas possíveis dificuldades para participarem da política, sua relação familiar, as jornadas de trabalho, a relação com os colegas de tribuna. Esperávamos encontrar dificuldades, anseios, desconforto, no entanto, nos deparamos com mulheres entusiasmadas em cumprir todas as suas funções, em mostrar que nada as impede de estarem naquele espaço e que são completamente aptas para as funções públicas.

Elas queriam falar, queriam mostrar e dizer o quanto o trabalho que realizaram era importante para suas famílias, para comunidade e para outras mulheres. Sabiam exatamente o que queriam dizer, e por fim, ouvi-as atentamente. Suas aventuras, as barreiras enfrentadas e suas conquistas, algo que nos diz mais sobre elas do que se poderia esperar, porque elas tinham uma imagem da mulher ideal para ocupar esse lugar e suas falas tentavam aproximar-se dessa mulher, possibilitando-nos outras formas de percebê-las.

Um fato, em especial, foi fundamental na pesquisa de campo, qual seja: das sete vereadoras eleitas em 2008, apenas uma foi reeleita; uma desistiu da disputa partidária; outra possibilitou revesar o mandato com marido; outra foi cassada por irregularidades

no mandato. De maneira geral, todas desejavam de algum modo continuar vereadoras. Isso as impulsionou a falar ainda mais de seus trabalhos e da “diferença” que faziam enquanto legisladoras, demonstrando a injustiça que era elas estarem privadas, por qualquer que seja o motivo, dessa função, tão cara a elas e que consideram já tão próprias do que entendem ser mulher.

4. CAPÍTULO TERCEIRO

AS MULHERES ELEITAS EM 2008 NO CARIRI CEARENSE

O propósito deste capítulo é apresentar um perfil das vereadoras com quem trabalhamos, construímos esse espaço pensando em um conhecimento anterior a função de vereadora, suas trajetórias e forma de inserção no campo político. Observar essas questões e pontos nos oferece subsídios para apontarmos como e através de que, se constituiu, historicamente, à participação política das mulheres entrevistadas na pesquisa. Seguiremos primeiro com as características individuais dessas mulheres e, posteriormente, objetivamos analisar o que há de comum ou diferente, entre suas trajetórias políticas.

Conforme a ordem de aproximação da pesquisa, nossa primeira vereadora entrevistada foi Maria Gomes Guedes, mais conhecida como Mara Guedes, tem 65 anos de idade, casada há 30 anos e tem um casal de filhos. A mesma já é também avó, razão pela qual declara dificuldade de organização do seu tempo.

Mara Guedes nasceu em Farias Brito, pequeno município localizado na região do Cariri. Todavia, afirma: “Pertencço ao Crato, já faz mais de 40 anos”. Formada em Geografia pela URCA (Universidade Regional do Cariri), foi professora por muitos anos, hoje aposentada diz que não consegui mais ficar sem trabalho, dada a dinâmica de toda uma vida profissional.

Mara fala com orgulho que participou do grupo que organizou o diretório do Partido dos Trabalhadores (PT), não só de Crato, mas, também, de outras cidades da região do Cariri. Para ela, o PT ainda é “uma referência de atuação política aqui no Crato desde a sua fundação, são 29 anos de existência e luta desse partido”, e complementa, ainda: “ele lutou quase tanto quanto eu (risos)”.

Joana Maria Pedrosa Lustosa, conhecida por Joana Pedrosa, é companheira de Mara Guedes na Câmara de Vereadores do município do Crato. Tem 50 anos de idade, casada e mãe de dois filhos homens.

Joana nasceu em Lavras da Mangabeira, cidade localizada na região do cariri cearense, mas, ainda criança, migrou com a família para a cidade do Crato. Formada também em Geografia³ pela URCA (Universidade Regional do Cariri), mudou-se para

³ Os cursos de graduação em Geografia e História foram os primeiros criados pelo instituto de filosofia e história de Cariri, hoje, Universidade Regional do Cariri (URCA). Essa Universidade é referencia para

Governador Valadares em Minas Gerais, onde profissionalmente lecionou até o período de sua demissão incentivada⁴, lançada à época, pelo então Presidente Fernando Collor, retornando assim, à terra de origem. No Crato reconstruiu sua vida e mudou de profissão, tornando-se empresária de uma das mais representativas lojas de artesanato da região. A entrevistada relata com satisfação essa mudança de trajetória e de alcance de sucesso, destacando, porém, sua ascensão como parlamentar: “2008 é o meu segundo mandato, eu fui a mulher mais bem votada na eleição anterior e nessa também. Eu sei que isso pode não ser grande coisa, mais é!”. Joana teve seu primeiro mandato pelo PHS e antes de ter o mandato caçado, legislava pelo PSB.

Em Barbalha, estivemos com Desirré de Sá Barreto Diaz Gino, tem 44 anos, casada há 25 anos e é mãe de duas filhas. Nasceu no Crato, porque à época, ainda não existia condições hospitalares adequadas em Barbalha. Sobre a cidade de Barbalha ela afirma: “sempre vivi aqui”. Desirré é professora formada em Pedagogia e Letras pela (Universidade Regional do Cariri) URCA, atualmente trabalha na Pestalosi de Barbalha, Centro de Atendimento e Educação Especial, fundado por sua mãe há 35 anos. Desirré afirma ter nascido na política: “meu pai foi prefeito duas vezes aqui [...] em uma eu era pequena e outra eu já estava casada [...] nem que eu queira, não dá para sair mais desse mundo assim (estala os dedos)!”. O seu pai era do PFL, atual DEM, e nessa última eleição devido a arranjos familiares ela foi para o PSDB, onde apoiou seu cunhado para Vereador.

Maria Ednalda dos Santos é a parlamentar entrevistada mais nova. Tem 38 anos e é companheira de Desirré no parlamento municipal de Barbalha. Mantém uma relação conjugal há cerca de vinte anos e pretende, segundo ela, formalizar o casamento em breve. Não tem filhos, mas, ainda pretende ser mãe. É natural da cidade de Missão Velha, circunvizinha de Barbalha, mudando-se para esta aos seis anos de idade. Por isso afirma “Desde esse dia sou cidadã barbalhense”. Formada em pedagogia, trabalhou por muitos anos com educação de jovens e adultos (EJA), atualmente é monitora de

muitas mulheres na região, pois quando da sua fundação ela trazia a oportunidade do ensino superior sem a necessidade do deslocamento, em uma região aonde todo o ensino superior vinha se concluindo nas capitais, dificultando o acesso nesse nível de ensino para as mulheres.

⁴ O projeto neoliberal introduzido no Brasil pelo Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) que incentivou inúmeras demissões das carreiras públicas em prol da privatização, teve continuidade no Governo Fernando Henrique Cardoso (1993/2002), através dos programas de Demissão Voluntária ou Incentivada (PDV/PDI).

atividades sócio educativas na Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento do Município de Barbalha. Expressa orgulho sobre o trabalho que desenvolveu enquanto presidente do Conselho da Mulher de Barbalha, segundo ela: “Porque a questão da violência contra a mulher aqui na região é coisa séria”. Ednalda é filiada ao PDT, que conheceu através de Patrícia Saboia, Figura importante para política nordestina, criadora da lei dos Conselhos tutelares. Na convenção do partido, diz Ednalda “Ela mesma assinou minha ficha de inscrição!”.

Na cidade de Juazeiro do Norte, uma das principais cidades da região do Cariri cearense, entrevistamos Francisca Deliam Pinheiro Matos. Francisca Deliam tem 43 anos de idade. Divorciada há cerca de seis anos é mãe de duas filhas. Nascida na cidade de Juazeiro do Norte, por alguns anos residiu em uma cidade vizinha, época em que exerceu o cargo de Secretária de Saúde Municipal. Odontóloga de formação, não exerce a profissão em atendimentos, estando vinculada atualmente ao Gabinete do prefeito de Juazeiro do Norte. Francisca Deliam fala de sua experiência enquanto secretária de saúde, atividade que exerceu antes do mandato de vereadora. Destaca, sobretudo, a preocupação com relação ao histórico de violência contra mulheres da região: “Por isso criamos um atendimento específico para mulheres violentadas aqui na secretaria de saúde e isso tem ajudado a muitas mulheres”. Deliam foi candidata e eleita pelo PHS, partido coligado ao do cunhado que era o prefeito da cidade.

Ainda em Juazeiro, tivemos a oportunidade de entrevistar Maria de Fátima Ferreira Torres, como ela mesma diz, “nome de guerra, Mara Torres”. Vereadora do Juazeiro do Padre Cícero, como assim define sua cidade, ela tem 58 anos de idade, casada há 29 anos e mãe de um filho. Das entrevistadas, é a única que não dispõe de formação superior de ensino. Nascida e criada em Juazeiro numa família de comerciantes, adquiriu vocação para o comércio, tornando-se assim, desde cedo, empresária na cidade. Em períodos anteriores chegou a administrar, na condição de proprietária, cinco lojas da cidade. O grande empreendimento diminuiu e passou posteriormente à vida pública como vereadora, mas diz que o tempo não permite mais essas proezas de conciliar tantas responsabilidades. É a única das sete vereadoras que foram eleitas em 2008 a alcançar êxito nas eleições de 2012 na cidade. Sobre essa questão discorre com orgulho: “De 2008 pra cá, a família se reuniu e vestiu minha camisa e foi por isso que chegamos ao segundo mandato”. Mara sempre apoiou o PSDB na região, mas foi candidata e eleita pelo PPS.

Mirantécia Rodrigues Castelo Branco Sampaio, Mira Sampaio, com 46 anos de idade, foi a terceira Mulher eleita em 2008 para a Câmara de vereadores de Juazeiro, essa é a primeira vez que temos três mulheres nessa casa. Casada há 25 anos, mãe de dois Filhos que estudam fora da cidade, Mira nos conta que hoje, depois de ter dedicado tantos anos a política senti que seu lugar é ao lado dos filhos, que não pode acompanhar como queria nos últimos anos devido a suas atividades como vereadora. Sendo assim, ela passa pouco tempo em Juazeiro, ficando mais na capital do estado, lugar onde estudam seus filhos. Mira revesou com seu marido o cargo de Vereador, ele foi em 2004, ela em 2008, e ele novamente em 2012. Diz que em 2016, os filhos vão estar já encaminhados e que dependendo das circunstancias pode estar de volta à câmara de Juazeiro. Foi Candidata e eleita pelo PP, enquanto seu marido foi pelo PSL, esses partidos nunca ficaram em posições opostas na política Juazeirense.

De maneira preliminar, podemos observar a partir das sucintas biografias das personagens apresentadas e que tiveram ou tem atuação no legislativo municipal das cidades do cariri cearense, que se trata a princípio de um grupo sem muitas características em comum. Todavia, acreditamos ter encontrado alguns traços uniformes nas trajetórias destas e que as colocam em posição de referência nos processos políticos locais, qual seja: são mulheres, disputam o espaço público e dialogam com a agenda de combate a violência contra a mulher nas cidades do cariri cearense: Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

4.1. INSERÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO: AS MULHERES E UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO

Em seu estudo sobre ritos e símbolos das campanhas políticas no Brasil Irllys Barreira (1998), enumera três tipos de candidatas, a coronel, a esposa e a por conta própria. Enquanto os dois primeiros tipos correspondem a uma opção política movida por herança familiar ou fidelidade a facções de grupos políticos locais, o terceiro aponta para uma forma de socialização política que, embora não deixe de ter marcas familiares, acrescenta o desempenho profissional, capaz de construir um capital simbólico baseado, particularmente, na popularidade.

Na região do cariri, entre as vereadoras ou ex-vereadoras entrevistadas, podemos constatar os três níveis políticos apontados por Barreira. No estudo em questão, as

parlamentares carregam ainda referências de outros encontros sociais. Elas trazem consigo, a marca de um trabalho realizado anteriormente, que produziu seus nomes e deu-lhes visibilidade pública, fazendo-as estabelecer assim, outras redes sociais nas comunidades de atuação. Assim, as próprias atividades realizadas, e o trabalho na comunidade, são considerados um divisor de águas nesse processo e através das quais foram percebidas e posicionadas no debate político local:

O meu primeiro emprego foi no Mobral, não é do seu tempo, mas, você conhece a história. Quando eu fiz dezoito anos, teve um concurso do ministério da educação e eu fui chamada, eu dava aula e ensinava em todos os municípios da serra. A nossa obrigação era alfabetizar. Naquela época alfabetizar era ensinar a ler e escrever, porque diziam que para você ter um título era preciso ler e escrever. Hoje nos sabemos que ler é uma visão maior, é uma visão crítica, mas naquele tempo era rabiscar o seu nome tirar um título e se conformar com o coronelismo ou ditadura. E me fascinou já naquela época a possibilidade de alfabetizar de outra forma. Eu estudava Paulo Freire e queria uma alfabetização libertadora. Mesmo sem poder, sem ter muita abertura, quando eu podia, eu praticava minha alfabetização libertadora. De alguns municípios eu saí corrida por querer trabalhar dessa forma. Foi nessa época que Valtinho, que foi prefeito três vezes, me chamou para ser Secretária de ação social, depois disso fui candidata. (Joana Pedrosa. 50 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

Eu [...] minha família sempre foi conhecida por aqui, por causa do comércio, através dele eu também pude ajudar muita gente. Devido a isso, eu fui chamada para participar da gestão do prefeito anterior, sendo Ouvidora do município. Através dessa ouvidoria fizemos um trabalho que atendeu mais de 10 mil pessoas e foi esse povo que nos levou ao mandato como a quarta vereadora mais votada do município. (Mara Torres. 58 anos. fevereiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sou formada em odontologia, exerci minha profissão por muito tempo, inclusive em cidades pequenas, vizinhas daqui. Foi em uma dessas onde trabalhei, que tive a oportunidade de ser Secretária de Saúde. Deu certo o trabalho por lá, tanto é que eu fui chamada para fazer um trabalho na secretaria daqui de Juazeiro, com saúde da família e foi por esse tempo que comecei a trabalhar com mulheres violentadas. Quando o secretário teve que se afastar eu fiquei com a Secretária de Saúde. (Deliam Matos. 43 anos. Fevereiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Foi, também, ao exercer seus trabalhos que essas mulheres aprenderam a lidar e a perceber o outro como sujeito de diálogo na atuação. E o mais importante, encontraram uma causa, uma luta. Como diz Maria Ednalda, “se você sair de casa não tem como não se importar, não se comover e não se envolver”.

Eu dava aula aqui em escolas particulares e privadas. nessa época eu morava e dava aula num bairro chamado Novo Crato, lá eu vi as necessidades do povo e queria ajudar. Foi quando fui para associação de moradores, lá agente resolvia todo tipo de problema e a questão da violência contra a mulher passou a ser uma causa para mim, daí nós fundamos a primeira entidade de mulheres aqui do Crato, que foi a Associação de Mulheres do Crato e essa é minha luta até hoje (Mara Guedes. 65 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Sempre me preocupei com a educação de crianças e jovens, quando fui Secretária de Educação de Barbalha fundei o Conselho de Educação Barbalhense, o Conselho da Criança, e o Conselho do Deficiente. A fundação Pestalosi daqui é uma causa para mim, o atendimento que fazemos aqui é muito importante para essas crianças e foi por ela que eu me candidatei (Desirré de Sá. 44 anos, Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Quando eu estava trabalhando na educação com a ação social, a gente andava e via as necessidades das pessoas, via que faltava uma quadra em uma escola, via que faltava água em outro lugar [...] a gente entra na vida das pessoas e aquelas pessoas, o meu povo passou a ser uma preocupação para mim, que eu só vim perceber quando saí por aí trabalhando (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Mesmo se envolvendo e desenvolvendo atividades diversas, muitas delas falam das dificuldades de concretizar ações efetivas fora do âmbito ou da lógica dos órgãos do Estado. Esse em verdade, apresenta-se como um dos principais argumentos para elas se lançarem no espaço público da política local, sempre com o argumento de possibilitar soluções permanentes e na defesa de uma causa ou projeto social:

Olhe, a gente começou a entender que todas as decisões que são tomadas da nossa vida, as decisões maiores do país, da sociedade, até o preço do que nós compramos, do que nos alimentamos depende dessa decisão. É nesse espaço político de poder que são definidas as grandes políticas, aí a gente acha que pode fazer alguma coisa, começa a lutar nos movimentos sociais [...] mas, sempre éramos barrados na hora do espaço de decisão de verdade, a gente levava toda uma pauta de reivindicação, para as comunidades, para o município, para o Estado, mas, nossa pauta não era a pauta deles, entende? Na questão das leis, quer dizer, nos lutávamos pelos nossos direitos, mas, quem elabora as leis não somos nós. Tudo isso me levou a entender que se eu queria mudanças, eu teria que de alguma forma participar desse negocio e foi o que eu tentei fazer. (Mara Guedes. 65 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Quando você entra na vida das pessoas, que você se incomoda com uma situação, você não se conforma em não poder fazer nada e procura meios para fazer alguma coisa. O problema é que a gente vai só até certo ponto, depois a gente passa nossa questão para outras pessoas, os que estão lá, e que nem sempre estão interessados nos nossos problemas, por que eu pensava que como vereadora eu podia fazer alguma coisa mais concreta. (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Para Joana Pedrosa, a experiência vivenciada na Secretaria de Ação Social foi além de uma realização pessoal, um momento de desafio, pois, segundo ela, “[...] podia simplesmente dar, ajudar [...] aquilo até certo ponto dependia de mim”. Por ocasião do término do mandato do prefeito, a entrevistada entendeu que: “[...] como vereadora eu podia continuar a contribuir com a comunidade [...]”.

A inserção ou convite de filiação partidária ocorreu de forma distinta entre as entrevistadas, Mara Guedes, por exemplo, foi fundadora do PT do Crato e, desde sempre, atuou como membro da organização do PT. Já Deliam Matos, além do cunhado que fora candidato a prefeito em Juazeiro do Norte, a família tinha tradição partidária, sendo filiada em uma legenda na cidade de Barbalha. Desirré, por sua vez, afirma ter nascido e crescido com a política: “[...] não me lembro de uma época, a partir de quando pude votar que não estivesse filiada a um partido [...]”. De forma geral se percebe por motivos e mesmo motivações políticas distintas, que já havia entre elas, de alguma maneira, uma relação pessoal ou proximidade com siglas partidárias, mas para todas elas o momento de concorrer ao cargo ou a sensação de que a “[...] hora tinha chegado [...]” como diz Deliam Matos, “[...] foi fruto do nosso trabalho e do reconhecimento dele [...]”.

O nosso trabalho na Secretária de Saúde, o atendimento às mulheres da região, tava sendo muito bem visto pela comunidade, aí meu cunhado me pediu para que eu fosse candidata a vereadora e eu fui e fui porque queria continuar um trabalho que comecei com a população. (Deliam Matos, 43 anos. Fevereiro de 2013. Juazeiro do Norte-ce).

Olhe, sempre trabalhamos com políticos aqui, ajudamos um monte deles a se elegerem, nosso trabalho foi ficando mais sério e o mais importante o povo foi vendo, enxergando a gente. Daí, certa vez, o prefeito me chamou e disse que ia lançar meu nome a candidata, na hora eu até disse que não, mas ele disse que eu seria uma boa

vereadora, que eu já tinha um nome e assim eu fui para minha primeira campanha (Mara Torres. 58 anos. Fevereiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu já era filiada há muitos anos, já militava há muitos anos, mas não entendia porque nós mulheres não tínhamos representação nas câmaras daqui da região, nós estávamos em todos os lugares e tínhamos que estar lá também. Eu tinha raiva porque na hora de lutar, de ir para as ruas, para as manifestações as mulheres eram quase obrigadas a ir, mas quando era para tomar as decisões, de verdade, tanto faz agente estar lá ou não. Então eu quis ir e eu fui [...] (Mara Guedes. 65 anos, novembro de 2012. Crato-CE).

A disposição de participar de um processo eleitoral não requeria apenas tempo da candidata, mas, todas elas de alguma maneira falam da importância do apoio familiar para realizar o desafio que consideravam uma “proeza” política:

Já é difícil uma mulher encarar isso com a família, sem a família, o povo vai dizer: nem a família acredita nela, porque nós vamos? Na minha família não é mais uma coisa estranha esse negocio de candidatura, todo ano alguém é, a mudança é que em 2008 quem se candidatou foi uma mulher, que sempre tem uma campanha bem mais difícil (Desirré de Sá. 44 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

A família é ponto fundamental para que agente possa ingressar na política. O que acontece com muitas mulheres que querem entrar para esse mundo, é que o marido não quer, o filho não apoia, o cunhado acha que não dá certo [...] e assim não dá mesmo porque o povo não confia num candidato [...] assim quando é homem, imagina com mulher, né? (Mara Torres. 58 anos. Fevereiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Olhe, na minha família ninguém quis. Para resumir, nem meu pai, nem minha mãe me apoiaram. Uma coisa era meu marido ser candidato, como já foi e todo mundo trabalhou, outra coisa era trabalhar para gente de dentro de casa e para uma mulher, que é mais difícil. Eu fiz foi pensar na primeira eleição, agora em 2012, que mostrei que podia fazer isso, aí eles trabalharam (risos) (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Como é possível perceber, as parlamentares necessitavam provar competência no exercício da gestão política – não apenas à comunidade que as elegeram, mas, à própria família – algo que deixa suas explicações mais profundas nas históricas relações hierarquizadas entre os gêneros nas sociedades. Sobre essa questão, Barreira (1998) afirma que o simples fato de disputa das candidaturas de mulheres, é reveladora, de que

essas inserções, não acontecem de forma silenciosa, pois, comemora-se tanto a capacidade de romper barreiras, como a capacidade para o exercício da função parlamentar, em reação aos preconceitos historicamente arraigados que “[...] associam negativamente gênero feminino e desempenho político” (1998. P. 105). Esses preconceitos fazem com que haja a necessidade de uma candidata ser submetida à prova da competência.

Ao nos debruçarmos sobre as trajetórias pessoais das mulheres parlamentares ou ex-parlamentares, entendemos que além da experiência específica de um grupo, direcionamos o olhar a outra questão fundamental: a atual acomodação das mulheres no campo da política, podendo, inclusive observar estratégicas formas de invenção de lugares na política, considerando as relações de gênero.

Sobre essa questão recorremos a Bourdieu (2011), pois, segundo ele, não basta o simples esforço da vontade feminina, ou seja, as mulheres se disponibilizarem a ocupar esse espaço, ou uma mudança constitucional – como foi a consolidação da lei Federal de n.º 9.504 de 1997, estabelecendo uma cota mínima de trinta por cento (30%) para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%) para qualquer dos sexos – para efetivarmos mudanças sociais. Pensando sob o prisma teórico preconizado por este autor, corroboramos com a compreensão de que a violência simbólica tem sua eficácia e durabilidade inscritas no mais íntimo dos corpos, sob a forma de predisposições, aptidões, inclinações e vocações.

No texto de Lúcia Avelar *Mulher e Política em Perspectiva* (2013) a autora fala do entusiasmo relativo ao aumento do número de candidaturas femininas nas últimas eleições, principalmente ao atentarmos para a corrida presidencial, já que no primeiro turno, duas candidatas obtiveram mais de 67 milhões de votos, conquistando 66,2% do eleitorado. Segundo a Avelar (2013) o sentimento era de que afinal, as mulheres alcançariam maior representatividade perante o estado, mas o que se constatou foi que embora as candidaturas tenham crescido, o número de eleitas permaneceu como antes. Diz a autora que “Vemos claramente, um veto à entrada das mulheres, o que configura no plano eleitoral, uma representação não democrática” (AVELAR. 2013. P. 300).

Para problematizar a questão, a ideia de vocação de Bourdieu, nos é muito interessante, pois, segundo o autor (2011), ela tem por efeito produzir encontros entre as disposições e as posições. Encontros que fazem com que as vítimas da dominação cumpram com “felicidade” as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes foram

atribuídas, devido as suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação.

Assim as expectativas sobre o comportamento dos corpos tendem ainda a fazer desaparecer, através do desencorajamento, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres, mesmo quando estes não lhes são recusados. Reproduzimos aqui um testemunho utilizado por Bourdieu, que segundo ele, favorece ao que chama de ‘impotência apreendida’.

Quanto mais eu era tratada como mulher, mais eu me tornava mulher. Eu me adaptava, com maior ou menor boa vontade. Se acreditavam que eu era incapaz de dar marcha à ré, ou de abrir garrafas, eu sentia, estranhamente, que me tornava incompetente para tal. Se achavam que uma mala era muito pesada para mim, inexplicavelmente, eu achava que sim (BOURDIEU. 2002. P. 77).

Em *O poder simbólico* (2009) a noção de *hábitus* exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais se encerrou a consciência dos sujeitos. Podemos pensar aqui, na exclusão histórica e social a que mulheres foram submetidas porque a ordem das coisas simplesmente dizia para que não ocupassem tais espaços. Lugares para os quais “elas” não foram criadas, porque não foram feitos para “elas”. Dentre esses espaços, o campo da política ainda se mostra como um dos mais resistentes à inserção de mulheres. Nas palavras de Bourdieu, “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem” (BOURDIEU. 2009. P. 166).

5. CAPITULO QUARTO

AS MULHERES NO CAMPO DA POLÍTICA: NOÇÕES DE GÊNERO E PODER

Trazemos a proposta, de pensar e discutir nesse capítulo as circunstâncias quanto aos mandatos das vereadoras. Como foi para elas estar lá, se houveram dificuldades em ocupar essa posição. Mais ainda, como elas se perceberam nesse espaço e como se legitimaram socialmente para ocupar a função de vereadoras. Dedicaremos-nos a uma análise específica do campo político e da apropriação desse espaço pela mulher vereadora.

Para Marlise Matos (2013) o registro da literatura pertinente ao longo dos anos tem apontado para o fato de que algumas das concepções que nortearam as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas (MATOS, 2013). Desigualdades essas que estão para além das instituições públicas, mas, parecem marcadas nos próprios sujeitos. As Vereadoras e ex-vereadoras falaram sobre como se sentiam nos espaços de exercício do cargo.

Muitas vezes foi ruim estar lá, muitas vezes eu chorei, porque eles não querem mulher ocupando esses espaços não. Porque eles acham que a gente não é capaz de dar um depoimento hoje e persistir nele amanhã, acham que a gente é frágil e que não temos determinação nenhuma. Muitos olhavam para mim e diziam que era melhor ter sido o meu marido, que eu não sabia de nada, e eu ouvi isso muitas e muitas vezes (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Eu me sinto pressionada aqui, tem horas que eu digo que tem um rolo compressor planejado para passar por cima de mim, eu me sinto muito só, para falar a verdade. Tem alguns vereadores que a gente nota um olhar de ironia, eles fingem que respeitam, mas a gente nota. “A vereadora fala de mais”, “tá falando de mais vereadora”, aí quando o presidente passa a palavra para mim, eu noto eles meio incomodados. E isso a gente sabe por que é, todo mundo se acostumou com aquele lugar viciado, com todo mundo agindo da mesma forma, se alguém chega e afaz diferente, e logo uma mulher? Eles se assustam (Mara Guedes. 65 anos, novembro de 2012. Crato-CE).

Olhe, quem está lá a mais tempo sabe o que fazer e a hora de fazer. A gente que está chegando agora fica meio com vergonha, sem jeito, a gente não fala do mesmo jeito que eles, e eu? Vou falar a verdade, não gostei muito daquilo ali, não (Desirré de Sá. 44 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Em estudo realizado por Matos (2013), ela relata que algumas deputadas reconheceram que são pouco escutadas no Parlamento, são mais interrompidas do que os homens e por isso, acabam se acostumando a ter menos disposição em ocupar a tribuna para o uso da palavra, é neste contexto peculiarmente adverso que se inserem os mandatos de mulheres no Brasil. Como percebido elas superam alguns deles quando se candiditam ou mesmo quando conseguem se eleger. Mas para a autora a superação acaba por ser um tanto parcial “pois os vieses e preconceitos estão e permanecem lá, enraizados e atuantes” (MATOS. 2013. P. 330).

Ainda, Segundo Matos (2013) percepções como as sugeridas acima pelas vereadoras, podem ter uma boa chave de leitura a partir do conceito de *hábitus* culturais de Bourdieu (2009), onde as habilidades para entrar e jogar os jogos de poder e política ainda estão em códigos pouco assimilados para boa parte das mulheres. Aqui, nos valem também, de seu conceito de campo. Para ele, todos os “campos” são suficientemente autônomos, portanto, cada um deles é dotado de consideráveis barreiras ao ingresso em seu interior. O campo é o lugar de um regime de racionalidade instituído sob a forma de constrangimentos racionais, os quais, objetivados e manifestados em certa estrutura da troca social, encontram a cumplicidade imediata das disposições adquiridas (BOURDIEU. 2007).

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de hábitos que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.. Alguns campos podem se contentar em acolher e consagrar um único tipo de hábitos já construído, característica que pode ser encontrada no campo da política, talvez e também por isso, existam tantos entraves à participação da mulher nesse campo específico.

Minha filha não tem só uma dificuldade não, são várias. Primeira: vencer o preconceito de que lugar de mulher é em outro lugar e não na política. Segunda: você tem que ser três vezes mais competente que os homens, porque se você cometer uma gafe, eles dizem logo “é mulher!”. Aí vem a questão da violência de gênero, a questão de ser julgada só por ser mulher. Porque eu sou mulher e estou aqui não posso cometer nenhuma falha, errar em nada, esquecer nada, não pode nem tremer a voz, como eu tremi de raiva um dia na Rádio Araripe, quando eu denunciei o chefe do DEMUTRAN e ele depois veio dizer que eu tava toda me tremendo na entrevista, eu disse que eu podia até

tá, mas era de raiva, de indignação e não por medo como ele queria. Então são muitas dificuldades que enfrentamos. Você me pergunta, é fácil? É não, mas nós estamos indo (Mara Guedes. 65 anos, Novembro de 2012. Crato-CE).

Olhe, para mim o mais difícil é que nesse espaço você tem que as vezes agir com frieza e nós que somos mulheres somos sensíveis, a gente chora, a gente se emociona, a gente se cumprimenta abraçando e sendo sincera. Muitas vezes aqui você simplesmente tem que negociar com gente que você tem ódio, mas ou você faz ou você vai por água à baixo e é engolida por gigantes e cobras. Muitos colegas meus não acreditam que nós mulheres temos condições de tomar boas decisões, e muitas vezes só por ser uma decisão feminina eles não dão o mesmo valor e a mesma importância (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Eu acho que tem que começar de algum jeito. A gente começou com padrinhos políticos, porque a política sempre foi assim. Mas até para uma mulher conseguir um padrinho não é moleza não. Espero que daqui um tempo as mulheres não precisem disso, espero que elas entrem em uma campanha e se elejam por suas próprias forças e sabendo que isso é só o começo, por que entrar é uma coisa, mas só fica lá se conseguir mostrar que pode e provar que é igual aos outros (Deliam Matos. 43 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Em Bourdieu (2009) existe uma espécie de “economia do campo político” que opera justamente nesse sentido do esquecimento e da pavimentação de vários mecanismos de constrangimento feminino a lugares de subalternização e mesmo de exclusão das mulheres nos espaços de poder e mando de nossa sociedade. Sobre isso diz Matos que;

Na verdade, das percepções e valores que organizam as práticas e os sentidos atribuídos às práticas das pessoas até as regras das maiores estruturas do sistema político brasileiro (como a dinâmica experimentada dentro dos partidos e as regras parlamentares), as lógicas e as economias patriarcais estão desde muito tempo aí, fortemente enraizado (MATOS. 2013. P. 321).

Acreditamos ser interessante a conclusão de matos sobre a existência de uma “convergência perversa de fatores de cunho institucional se conjugando para manter tal situação de sub-representação feminina” (MATOS. 2013. P. 326).

Desde o início, esse foi um jogo constituído e mantido por homens e para os homens. Há que se supor que tais “regras” também possam operar nesse sentido, por estarem carregadas de traços ‘masculinos’

constitutivos, elementos refratários e mesmo excludentes das mulheres da política e do fazer político. Também há que se supor que mesmo as próprias mulheres, socializadas desde a mais tenra idade a se comportar tradicionalmente através de papéis socialmente destinados a elas no âmbito da esfera privada, estejam contribuindo – também nem sempre de forma consciente – para tal ‘insucesso’ (MATOS. 2013. P. 326).

Bourdieu nos diz ainda:

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje (BOURDIEU. 2002. P. 78).

Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, certa estatura, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, um distanciamento das relações pessoais, a autoridade dita natural... Condições para as quais os homens sempre foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens.

Alguns depoimentos são bem interessantes no sentido de exemplificar incômodos dessas mulheres para o que elas acreditam ser normal para mundo da política e para os homens, enquanto que para elas se configura em algo fora de sua ossada. Para Bourdieu estaríamos aqui diante dessas condições para as quais os homens foram desde sempre preparados em detrimento das mulheres.

Digo sempre que não é a mesma coisa para mulher não, e tem que ser muito mulher para estar aqui. Numa campanha, por exemplo, os homens entram num bar, pagam bebida, bebem. Eu? Pode ter 30 votos num bar mas, eu não vou lá. Porque para as mulheres tem algumas restrições. Os homens são convidados para lugares e eles vão com ou sem suas mulheres, pra mulher é diferente chegar sozinha, desacompanhada. Uma vez eu fui, e disseram que nem minha família tava me dando apoio e eu querendo o apoio dos outros (Desirré de Sá. 44 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

O povo se acostumou com um tipo de candidato, de político. E é difícil para as mulheres, porque eles se acostumaram com o político que vai para as festas, que paga bebida para um, compra o cigarro de outro, mas sendo mulher a gente não pode fazer isso. Para mim é difícil estar no meio de uma festa gritando – bote outra que é por minha conta! – eu não estou acostumada com isso e o povo gosta é disso. E olhe que eu não tenho filho e para mulher que tem? Eu acho

que a maior dificuldade para atuação da mulher é ser mulher e comportar como mulher naquele meio, sabe? (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Eu penso que tem coisas na política que é muito mais simples para os homens fazerem. Porque se as mulheres forem fazer do mesmo jeito, aí é que elas não conseguem voto mesmo. Veja só, a gente tem que se comparar a eles, mas se agente fizer as mesmas coisas que eles fazem, a gente perde a credibilidade, entende? Julgam a gente se fazer e se não fazer aí é que julgam mesmo (Mara Torres. 58 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Podemos relacionar essas falas com a situação de “Double bind” anunciada por Bourdieu (2002). Suas falas se encontram diante de um impasse se atuarem como homens a marca da feminilidade é posta em questão, no entanto, se não desconstruírem a marca do gênero tornam-se inaptas para o cargo.

Até agora, descrevemos um quadro um tanto nebuloso para a participação e representação efetiva de mulheres no campo da política formal. O que tento mostrar a seguir é como vem sendo enfrentado e desconstruído esse espaço pelas mulheres vereadoras e ex-vereadora do Cariri cearense. Antes, é preciso que nos lembremos de que mesmo não sendo esse o quadro ideal, é importante que tenhamos em mente que ele pode e já passa por transformações relevantes há algum tempo. De acordo com Tabak (1989),

A extraordinária transformação social e política que ocorreu no mundo pós-guerra e principalmente após a década de 1970, bem como a importante contribuição teórica e metodológica trazida pelo movimento feminista, ao procederem à revisão crítica do papel da mulher na sociedade trouxeram a necessidade de uma nova abordagem conceitual para o que se considera política (TABAK. 1989. P. 57).

Atualmente todas as mulheres tem o direito de se candidatar, assim como tem o direito legítimo de se preparar para tal e de compreender, com clareza, os determinantes que condicionam seu acesso a esse espaço e, a partir de uma condição de melhor informação, decidir a respeito das melhores estratégias a adotar em suas candidaturas. Não queremos aqui denotar toda responsabilidade nos sujeitos individuais, ao contrario disso, é só repensando os processos de socialização que empregamos e reproduzimos no país que podemos chegar a outras transformações de impacto relevante.

Pois como evidencia Barreira em seu texto *Chuva de papeis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil* (1998), a vida cotidiana está permanentemente entrelaçada ao mundo da política. Ao pensarmos no complexo da representação política, ou melhor, de legitimação das representações, reificamos a ideia de que “aquilo que se nomeia de sociedade e o que se denomina de política não são instancias separadas e autônomas, mas esferas que se alimentam” (BARREIRA. 1998. P. 203). Assim sendo, a mulher está para sociedade em modos compatíveis ao que ela é para a política correspondente.

5.1 AS MULHERES NA POLÍTICA: ENFRENTAMENTO E LEGITIMAÇÃO

Para Irllys Barreira (1998) é possível pensar que, a longo prazo, o aumento crescente das mulheres no cenário político promova uma desnaturalização dos atributos de gênero ainda fortemente explorados. Levando em consideração o Cariri cearense, eu não diria ainda desnaturalização nos termos de Barreira, mas elucidaria, que a crescente influencia das mulheres na política formal está reposicionando os gêneros feminino e masculino, e encontrando novas funções para os mesmos, bem como, encontrando novos hábitos para o gênero feminino.

A mulher não só pode como deve estar na política. Nós temos deveres e direitos como qualquer outro, porque não participar, não reivindicar, não lutar. Para mim, eu digo muito isso, a política é o meu esporte (Mara Torres. 58 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sei que dizem que é mais difícil para as mulheres, pode até ser, mas eu não sinto muito isso não, sabe por quê? Porque minha vontade de estar lá é maior. A gente só tem que enfrentar esse espaço, sabe? Eu gosto daquilo tudo ali, e se for só homem que gosta de política, de disputa, de briga... Então já vi que eu não sou mulher (Delian Matos. 43 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

A maior besteira que eu já ouvi no mundo, foi essa de que mulher não tem força, não tem coragem. Se tem uma coisa que eu sei que uma mulher tem é força, menina, a gente aguenta é coisa, viu? Maior mentira de todas! E sabe o que eu mais vejo? Homem frouxo, tudo com o rabo preso, sem coragem de levantar o dedo pra socorrer ninguém. Esse trabalho, acho que na verdade, sempre foi da mulher, a gente só saiu de casa pra fazer ele (Maria Ednalda. 38 anos. Barbalha-CE. Janeiro de 2013).

O que sempre me incomodou era as pessoas acharem que por ser mulher a gente não está preparada para a função pública, mas me diga uma coisa, o que é que poder público tem que fazer? Não é cuidar do seu povo não? Burrice era achar que um povo que nunca cuidou de ninguém (*referindo-se aos homens*) só porque tava num cargo público ia saber como fazer. Acho que enfim as mulheres estão encontrando seu lugar, e é um lugar tão nosso que lá a gente continua fazendo o que sempre fez que é cuidar das pessoas (Mira Sampaio. 46 anos. Novembro de 2013. Juazeiro do Norte-ce).

Como antes, falo aqui em reposicionamento, porque as mulheres que estão ocupando o espaço da política formal no Cariri cearense, não estão desconstruindo uma velha imagem da mulher, como portadora da sensibilidade, do carinho, como a pessoa que cuida e se preocupa, como mãe zelosa. Elas reforçam essa ideia e reposicionam essas características que dizem ser próprias do feminino, como algo extremamente positivo e agora necessário para o campo da política. Isso tudo somado ao gosto pelo público, pela disputa e a vontade de ajudar os outros, faz desse um lugar ideal para a ação feminina.

Matos (2013) acompanhando a literatura pertinente um esquema de causalidades e obstáculos que se conformam nas principais barreiras à eleição de mulheres ao legislativo brasileiro. E a primeira delas é a ambição política. Em Bourdieu (2002) as mulheres não almejam carreiras políticas porque todo um hábitus a que foram induzidas encerraram essa possibilidade. As expectativas sobre o comportamento dos corpos tendem ainda a fazer desaparecer, através do desencorajamento, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres, mesmo quando estes não lhes são recusados. O segundo obstáculo são as barreiras das estruturas do sistemas político partidário, ou seja, é ser escolhida candidata por um partido político e a terceira é a barreira da elegibilidade, a de ser finalmente escolhida pelos eleitores. Para as mulheres torna-se relevante ainda a barreira da permanência, a reeleição que tende a ser um contínuo menos trabalhoso para os homens é uma das barreiras mais difíceis de ser ganha pelas mulheres (MATOS. 2013. P. 327).

Penso que as mulheres vereadoras e ex-vereadoras do Cariri, venceram com louvor o primeiro obstáculo não só por aspirarem cargos eletivos, mas por acreditarem que aquele é um campo próprio de seus hábitus. O que essas mulheres estão fazendo ali é na verdade, se apropriar do que podemos chamar de hábitus feminino e direcioná-lo para outro campo. Esse hábitus antes voltado para o mundo privado encontra na política um novo lar.

Nesse novo lar elas negociam o hábitus que possuem, elucidam características, disfarçam outras, aos poucos apreendem aquele espaço e assim constroem a mulher da política.

Quando eu entrei fui logo para comissão de justiça, que é uma das mais importantes porque todos os projetos passam pelo crivo dela. Eles esperavam que eu fosse para comissão de educação ou pro projeto das mulheres, mas eu disse que para de mulheres quem tinha que ir era eles, para eles saberem como é lá e como é difícil. E eu fiquei foi como presidente da comissão de justiça, menina, os meninos lá no meio da discussão vinham pra cima de mim, batiam na mesa, gritavam. No começo eu tímida, sem ter costume com aquilo ficava era com medo, mas com o tempo ninguém batia em mesa lá mais do que eu. Eu que mal falava, tava lá dizendo que tava errado, que não era assim e que quem decidia era eu, eu num era a presidente da comissão? Eu convocava gente, convocava presidente, eu passei a ser dura, porque tinha que ser assim. Um monte de gente confiou em mim e eu não podia decepcionar (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

É que eles acham que é no grito que vence uma briga, e o pior é que o povo acha que quem grita mais é melhor. Tem todo um teatro que é feito ali na frente, mas por traz a negociação é diferente. A gente aprende a gritar sim – uma vez eu ouvi uma gravação da sessão e não acreditei que eu tava gritando daquele jeito – mas quando a gente vai negociar é como mulher, com uma preocupação e um olhar para as coisas, para os outros que só uma mulher tem (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012).

Não importa, a gente vai fazer o que for preciso para estar aqui. Se tiver que bater na mesa a gente vai bater, se tiver que vestir vermelho ou rosa a gente vai vestir (Mira Sampaio. 46 anos. Novembro de 2013. Juazeiro do norte-CE).

Vera Soares (2013) em artigo intitulado *Percepções e atitudes: mulher e participação política*, diz que houve mudanças e avanços nas percepções das mulheres da sua própria condição de mulher. Cabe-nos perguntar, qual o alcance destas mudanças, e que tipo de avanço traz para a mulher na sociedade brasileira. Para Soares (2013) as tensões e complexidades das identidades femininas que se apresentam não nos permitem ainda assertivas ou conclusões finais, mas podemos dizer que apontam para outra redistribuição das responsabilidades, no que diz respeito as famílias, as empresas, ao estado, enfim ao que diz respeito a todo o mundo social (SOARES. 2013. P. 338).

As mulheres vereadoras e ex-vereadoras do Cariri tem enfrentado o campo da política, e elas o encaram sabendo da capacidade que tem para estar lá, de se

comunicarem, de entenderem a necessidade do outro, de serem o que o que o povo precisa. Elas o enfrentam como sendo responsabilidade delas.

Eu acho que quando a mulher deve o direito de votar e o direito de ser votada, ela tava na verdade, lutando para ter uma responsabilidade. Acho que toda a nossa briga foi para termos mais trabalho, entende? E não to reclamando disso não, eu queria poder dizer que as coisa estavam indo mal, que não tava certo isso ou aquilo, agora eu não posso só falar o que eu acho, eu tenho responsabilidades com o meu povo. Eu tenho consciência de que to fazendo o meu papel e cumprindo com as funções exigidas do cargo. Em 2010 eu fui premiada como a vereadora mais atuante através de uma pesquisa com o público, eu to trabalhando (Mara Torres. 58 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Por mais que num queiram a gente faz parte dessa sociedade também. E eu quero é mudar as coisas, eu tenho muita coragem e muita vontade de fazer isso. Se alguém precisar de mim, eu não consigo medir esforços para ajudar, porque essa é minha obrigação, eu estando ou não em um cargo político, porque eu sou assim. Eu gosto disso, eu escolhi fazer isso, eu gosto de gente e quero ajudar (Delian Matos. 43 anos. Janeiro de 2013, Juazeiro do Norte-CE).

Eu trabalho pelo povo, pelos direitos deles fiz o que eu podia, e sei que ajudei muita gente, e num fiz isso querendo nada em troca não. Meu pai me chama de burra porque eu nem comprei uma casa pra sair do aluguel, mas num era isso o que eu queria. Quando eu ganhei eu tive a escolha de me corromper ou continuar sendo eu mesma, eu escolhi ser o que sempre fui. Isso pode não ter agradado todo mundo, mas eu sou assim mesmo, falo alto, como banana no meio da rua, digo a verdade, porque é disso que o povo precisa (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do norte- CE).

Nessas falas o importante para nós não é a preocupação dessas mulheres com o cumprimento de suas responsabilidades, como se de alguma forma elas fossem mais atenciosas, mais eficientes, mas sim a necessidade de essas mulheres exporem suas preocupações com essas responsabilidades. Em suas falas elas assumem o cuidado da coisa pública como próprio delas, “elas são assim, não podem mudar”. Não vamos deixar de todo modo escapar aqui, a ideia de que as mulheres na política podem vir a ter uma atuação diferenciada, pois essa questão se mostra polemica e interessante. Em Vera Soares (2013) pode-se entender que a possível diferenciação ocorre não em virtude de uma dimensão biológica, mas pelo o fato de que as mulheres tem uma história política diferente da dos homens, tem uma socialização e um cotidiano diferenciados. Diz ela:

As mulheres chegam à política com um corpo marcado de histórias, nessa medida, tendem a levar para a vida pública olhares e vivências de uma condição discriminada e desigual, e ao mesmo tempo de vivências de gestão de um coletivo (ainda que um coletivo privado, como a família) e de cuidado com o outro (crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiências). Por vivência dessas histórias as mulheres políticas podem estabelecer conexões mais facilmente com segmentos socialmente discriminados (SOARES. 2013. P. 345).

Nas histórias de vida que ouvimos aqui, nos foi apresentado mulheres que superaram desafios, sem perderem a si mesmas. Fortes, corajosas, elas estão aptas a ocupar esse espaço, mais ainda por serem mulheres. Ao contrário do que poderíamos imaginar, os atributos femininos são clamados o tempo todo por essas mulheres e anunciados por elas como necessidade para o campo da política, assim elas se legitimam nesse espaço.

Quando eu digo que a mulher esta mais preparada para a vida política é pela sensibilidade da mulher, tudo que nós conseguimos e pela nossa sensibilidade. Quando um marido chega feroz em casa, é com sensibilidade que a gente consegue resolver as coisas, com os filhos, com a família. Do mesmo jeito é com a política, ela é uma extensão da nossa casa e é com essa sensibilidade que a gente sabe administrar. Quem administra a salário do marido é a mulher, o pouco que ele bota dentro de casa a gente transforma na fera, na conta d'água, da luz, do aluguel. Então, você quer um administrador melhor que uma mulher? Se você prestar atenção vai ver que essa é a melhor escola de administração que uma pessoa pode ter, você vai perceber que depois de cuidar de uma casa, de uma família, uma mulher pode administrar qualquer coisa, um município, um estado. Eu acredito na fortaleza que é uma mulher, porque ela é formada e pós-graduada em administração do lar, e repito, essa é a maior escola (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

O que me permite estar aqui é minha autenticidade de mulher, eu como mulher me sinto autentica. Não copio ninguém e estou aqui aprendendo como uma mulher, sendo fiel ao que acredito. Eu não me sinto nem inferior, nem superior a nenhum companheiro dessa casa, eu só sei o que vim fazer aqui e vou fazer. A diferença minha jovem, é que quando uma mulher decide fazer uma coisa, ela faz, e faz com vontade, e de um jeito que só uma mulher é capaz de fazer. Uma coisa que pra mim aqui é muito importante, é meu testemunho de que nós mulheres somos capazes, dizer para eles que nós podemos ocupar os mesmos espaços que eles e qualificar esse lugar. A gente tem vontade de mudar o mundo porque a gente sabe na pele como ele pode ser cruel, e a gente quer mudar é pra todo mundo (Mara Guedes. 63 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Acho que ocupando esses espaços podemos mostrar que temos competência e capacidade, porque não? A gente pode falar do mesmo

jeito, criar leis do mesmo jeito, votar contra e a favor do mesmo jeito que qualquer outro vereador. Podemos bater na mesa, gritar e dizer da mesma forma que o caminho ta errado. Mas a gente faz melhor que isso, porque a gente consegue agir como eles, é fácil, difícil é eles agirem como a gente. Enxergar os outros como a gente vê, se preocupar de verdade, e querer cuidar, isso só uma mulher sabe fazer, e a gente faz isso em todo lugar (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Acredito que as vereadoras e ex-vereadoras do Cariri com quem estivemos nesses últimos dois anos estão para além de alguns conceitos teóricos. A ideia de hábitos de Bourdieu (2002; 2007; 2007; 2007; 2009), por exemplo, deixaria escapar a negociação feita entre essas mulheres e o campo da política. Negociação de traços da identidade feminina – do hábitus que não seria possível em Bourdieu – que a partir de sua entrada na política organiza-se para corresponder à expectativa estabelecida para elas.

Judith Butler (2010) cita a conclusão a que chegou Monique Wittig em seus estudos sobre gênero, para ela, “homens e mulheres são categorias políticas, e não fatos naturais” (BUTLER. 2010. P. 168). É como se fossemos obrigados em nossos corpos e nossas mentes, a corresponder, traço por traço a ideia que foi estabelecida para nós. Estando no campo da política as mulheres tem que negociar seus traços de feminilidade com altivez da pessoa política. Digo isso, não pensando na impossibilidade de isso ser feito, mas sim, na realização concreta do ato feito aqui por essas mulheres.

Como efeito de uma “performatividade” sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a uto-criticas e àquelas exhibições hiperbólicas do natural que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico (BUTLER. 2010. P. 211).

O que acredito ser novo pensando em mulheres efetivamente participando da política formal é o fato de que essas mulheres no Cariri se apropriaram de um discurso onde a política precisa hoje de uma novos atores e novas formas de atuação.

Muitas pessoas hoje chegam para gente desacreditadas, sem fé na política, quando me dizem isso, eu digo que num é na política não, é nos políticos que ocupam aquelas funções. Olhe, eu ainda tenho fé na política sim, e acho que muita coisa só se resolve através dela mesmo, o que a gente tem que mudar são as pessoas que estão lá. Não precisamos mais de gente insensível, que não se coloca no lugar do

outro, que não entendem que a vida é difícil para maioria das pessoas (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

Na hora que as pessoas entenderem que política é importante, que as pessoas que eles votam influenciam na vida deles, isso vai mudar. Quando nós entendermos que a culpa não é só dos políticos e os eleitores assumirem sua parcela, as coisas vão mudar. Vejam só, as mulheres reclamam de sua condição, mas não votam em mulheres. Nós somos a maioria dos eleitores e não conseguimos colocar trinta por cento de vereadoras em uma câmara. Isso é falta de confiança nas mulheres, será que elas acham que os homens vão entender a situação das mulheres? Para mim política é uma coisa boa, a gente tem que colocar lá pessoas que entendam as dificuldades de uma simples, que saiba o que é luta, que tenha sensibilidade para cuidar dos seus (Mara Torres. 58 anos, Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sou vítima de violência porque sou vítima de uma educação machista, quando eu terminei o quinto ano que era para eu ir fazer o ginásio, meu pai disse que filha de agricultor não precisava de muito estudo não, e eu tive que vencer isso. Quando vim para cidade sofri porque era filha de agricultor, pobre, mulher e ser isso tudo não é fácil não. Aí o povo quer eleger gente rica, que nunca teve problema na vida, que não sabe como é difícil o dia-a-dia de uma pessoa normal que tem que trabalhar por uma família. Eu sei o que é isso, uma mulher sabe o quanto a vida é difícil, porque ela luta todos os dias, uma luta que pode ser invisível para muita gente, mas para ela tá ali (Mara Guedes. 63 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Eu lhe digo aqui que qualquer mulher que se dedique a política, que ganhe ou que perca ela é uma heroína, porque ela tem filho, tem marido, tem trabalho, e a responsabilidade não é mesma coisa pra um homem e pra uma mulher, você sabe disso. Uma mulher quando inventa de vir pra esse lugar aqui, ela vem pra fazer alguma coisa de verdade, ela não vai ser enfeite não. A política tá feia sim, eu mesma me decepcionei muito quando cheguei aqui, até o dia em que eu percebi que não era a política, eram os políticos, esses tem que mudar. Os homens, os meus companheiros, nunca fizeram nada sozinhos, tem um monte de gente para fazer as coisas por eles, eles só mandam, foi isso que eles aprenderam a fazer, mandar. E chega uma hora na política que você precisa fazer com as próprias mãos, eu faço isso (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

Tem que mudar muita coisa viu, mas principalmente eu acho que a gente precisa de gente nova, de pessoas que não estejam viciadas ainda naquele jogo. Não sei se só a mulher da conta disso, mas acho que começar por elas para mudar essa realidade já é um começo. A gente entra com coragem, com sensibilidade e sendo fiel, são características que fazem parte da mulher e que estão fazendo falta na política de hoje em dia (Mira Sampaio. 46 anos. Novembro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Diante do atual quadro político nacional essas mulheres evocam outros sujeitos sociais para assumir o estado, um sujeito não viciado nos jogos políticos, com coragem, fiel aos seus, com força para lutar, que entenda que a vida não é fácil e que saiba se colocar no lugar dos outros, porque só assim pra entender as necessidades dos outros e cuidar como se deve. Essas mulheres descrevem como novo sujeito para política o que elas acreditam que elas representam, e assim elas se fazem necessárias e legítimas do campo da política.

Nós somos diferentes em tudo ali dentro. Por mais que nós tenhamos nossos conflitos, porque tem que ter eu me sinto respeitada por eles. Eles me tratam com carinho porque eu mostro para eles que a mulher é para ser tratada com carinho. Independente do grupo político, e essa é uma coisa minha de mulher, eu procuro em toda sessão cumprimentar os meus colegas com um beijinho, mesmo que eles não tenham o hábito, eu dou um beijinho na cabeça, como uma mãe faz com um filho. E mesmo eu sendo mais nova que muitos deles eles me tratam como uma mãe. Eu me preocupo com os problemas deles, com os filhos deles, brigo quando eles tratam mal suas esposas. E assim mostro que na condição de mulher nós podemos ajudar até nossos colegas de trabalho que são homens. Penso que se tivéssemos mais mães ocupando cargos políticos nossa política seria outra (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

6. CONCLUSÕES

A discussão aqui apresentada é resultado de observações, informações e entrevistas realizadas ao longo de dois anos com mulheres vereadoras e ex-vereadoras do Cariri cearense. Nosso objetivo era tentar perceber se haviam entraves a sua participação e como essas mulheres se percebiam naquele espaço. Acabamos por construir um texto onde as mulheres contam essas dificuldades como uma barreira a mais a ser vencida em suas vidas marcadas por lutas e superações.

As mulheres que estão na política formal no cariri, se veem dignas e capacitadas para estarem ocupando esse lugar, e elas creditam isso a partir da sua própria condição de gênero. São as qualidades femininas que as tornam, segundo elas, próprias para o cargo, mais que isso, o campo da política precisa e é carente dessas qualidades femininas, só assim para de fato a política servir a sua comunidade. Desse modo o que antes as afastavam da política formal é o que as legitima nesse campo: suas qualidades femininas.

Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá. Acredito que para os estudos de gênero esse quadro se torna relevante pois podemos perceber mulheres se reinventando, agregando novos valores e elas mesmas a aos campos onde estão se inserindo, fazendo com que haja expectativas da uma ação feminina em lugares antes dominados pelos status masculino.

De onde vejo os dados aqui apresentados se fazem importantes, principalmente se somarmos a isso o fato de que hoje a bancada na Câmara é composta por 49 deputadas em exercício do mandato (maior numero até então), e recentemente, pela primeira vez uma mulher foi eleita presidenta do país e, igualmente inédito, abriu a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), também é a primeira vez que temos 25% de mulheres ocupando cargos no ministério, ministras com fortes posicionamentos políticos e presidentes de grandes empresas estatais, ao mesmo tempo temos a primeira ministra do superior tribunal eleitoral (STE). Ainda pela primeira vez temos uma mulher como titular da Mesa diretora da Câmara.

Esses são avanços visíveis da inserção da mulher em instancias importantes da sociedade brasileira, mas é ao mesmo tempo impressionante que 80 anos depois do direito ao voto nós ainda estejamos contando as primeiras. O que apresentamos ao final

desse estudo é que a participação efetiva das mulheres na política e nas estruturas formais do estado ainda é um caminho a ser percorrido, e por isso mesmo digo aqui que os estudos de gênero e/ou de mulheres estão longe de um momento estacionário, como aludem alguns.

Diante do turbilhão de acontecimentos em que estamos envolvidos, nosso dever é mergulhar cada vez mais fundo nas criações que mulheres e homens elaboram diariamente para conduzir suas vidas. E o todo complexo em relação aos gêneros que entrelaçamos, ainda despertará milhares de olhares científicos e de perguntas do tipo, aonde vamos parar? Ou como isso pode influir em tal ou qual relação? Porque é isso que os gêneros inventados e reinventados são capazes de fazer.

6. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Iara Maria. **Queixas denúncias e conciliações: um estudo sobre a violência de gênero** (Projeto de pesquisa). URCA/FUNCAP, 2010.

ARAÚJO, I. M, BORSOI, I. C. F, LIMA, J. C. **Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica**. Florianópolis, Rev. Est.fem. (aprovado para publicação em julho de 2010).

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1991.

_____. **O que é política?** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007.

AVELAR, Lúcia. **Mulher e Política em Perspectiva**. In: VENTURINI; GODINHO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. SESC SP. Fundação Perseu Abramo. 2013.

BARREIRA, Irllys. A. F. **Chuva de Papéis - Ritos e Símbolos de Campanha Eleitoral no Brasil**. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARA, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Ofício de sociólogo**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2007.

_____. **O senso prático**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. In: Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA- Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

DURKHEIM, Émile. **As Formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Paulos. 2008.

_____. **A educação moral**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2008.

_____. **As regras do método sociológico**. SP. Martin Claret, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.

HEILBORN, Maria Luiza. **Usos e abusos da categoria de gênero.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Y Nosotras latino-americanas? Estudos sobre gênero e raça.* São Paulo, Fundação memorial da América latina, 1992

MARQUES, Roberto. **Gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo.** In: SILVA, M. A; BENEVIDES, N. Z. e OLIVEIRA JUNIOR (org). *As vozes do tempo: polissemia das fontes históricas.* Fortaleza: EDUECE, 2009.

MATOS, Marlise. **Mulheres em busca de cidadania política: Paradoxos de uma incompletude.** In: VENTURINI; GODINHO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.* SESC SP. Fundação Perseu Abramo. 2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo. Paz e terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de janeiro. Paz e terra. 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** São Paulo. Edusc. 2005.

_____. **Minha história das Mulheres.** São Paulo. Contexto. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e realidade, Porto Alegre, V. 16n. 2, 1990.

SIMSON, Olga R. M. V. **Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico.** In: MEIHY, José Carlos S. B. *Reintroduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo. Xamã. 1996.

SOARES, Vera. **Percepções e atitudes: ser mulher e participação política.** In: VENTURINI; GODINHO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.* SESC SP. Fundação Perseu Abramo. 2013.

STRATERN, Marilyn. **O Gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia.** Campinas, São Paulo. Unicamp, 2006.

TABAK, Fanny. **Representação política e prática democrática.** In: Oliveira, Eleonora Menecucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos sociais e democratização.* Brasília. CNDM/ANPOCS. 1987.

_____. **A nova ordem legal. Mulheres na constituinte.** Rio de Janeiro. NEM/PUC. 1989.

THAYER, Mille. **Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no Sertão.** Revista Estudos Feministas. Santa Catarina, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro. Paz e terra. 1992.

VEJA. São Paulo. Agosto/Setembro. 1994.